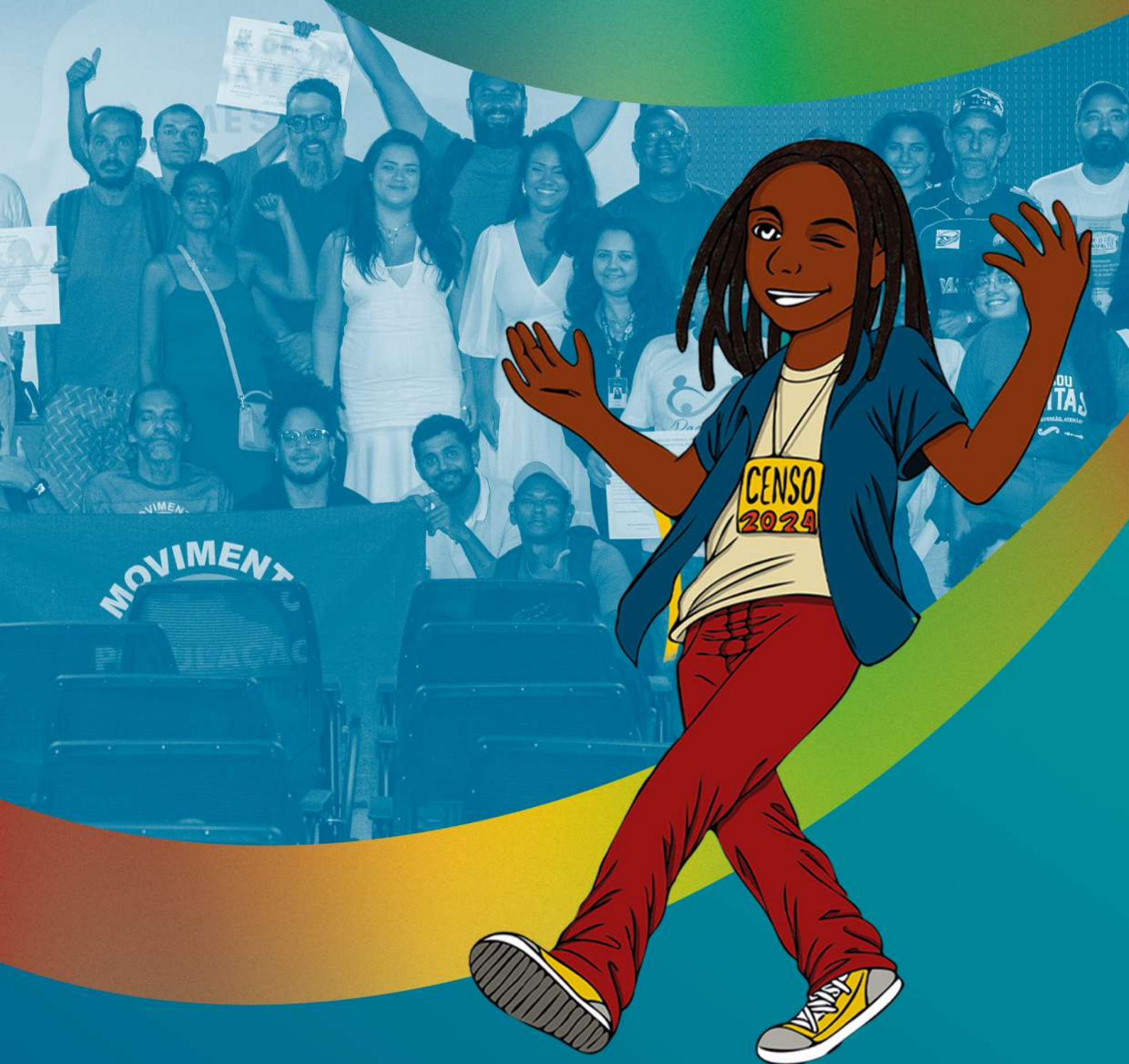


RELATÓRIO CENSITÁRIO

CONTAGEM E CARACTERIZAÇÃO DA
POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
EM ARACAJU, NO ANO DE 2024



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R382

Relatório censitário [livro eletrônico] : contagem e caracterização da população em situação de rua em Aracaju, no ano de 2024 / organização de Bruno Cerqueira Gama ... [et al.]. – 1. ed. – Aracaju, SE : [s.n.], 2026.
86 p. : il. color.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5278-529-9

DOI 10.70271/260128.1551

1. População em situação de rua – Aracaju (SE). 2. Censo municipal – Sergipe. 3. Políticas públicas – Inclusão social. 4. Perfil sociodemográfico – Vulnerabilidade social. 5. Movimentos sociais – Participação cidadã. I. Gama, Bruno Cerqueira. II. Albuquerque, Camilla Martins. III. Trindade, Jayane Pinheiro. IV. Barros, Matheus de Oliveira. V. Carmo, Robert Santos do. VI. Rodrigues, Helmir Oliveira. VII. Campos, Antônio Carlos.

CDD 362.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



APOIO





RELATÓRIO CENSITÁRIO

CONTAGEM E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM ARACAJU - SERGIPE, NO ANO DE 2024

Direitos dessa edição cedidos ao Movimento Nacional de População em Situação de Rua – Núcleo Aracaju e a Universidade Federal de Sergipe.

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Organização

Bruno Cerqueira Gama

Camilla Martins Albuquerque

Jayane Pinheiro Trindade

Matheus de Oliveira Barros

Robert Santos do Carmo

Helmir Oliveira Rodrigues

Antônio Carlos Campos



NÚCLEO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO GRUPO DE TRABALHO CENSO POP RUA ARACAJU

Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-SE) [Núcleo Aracaju]

Alisson Costa de Oliveira;

Pastoral do Povo da Rua

Marcos de Carvalho;

Comunidade Católica Bom Pastor

Rosivânia Ramos Barbalho;

NÚCLEO TÉCNICO DO GRUPO DE TRABALHO CENSO POP RUA ARACAJU

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Antônio Carlos Campos

Bruno Cerqueira Gama

Camilla Martins Albuquerque

Helmir Oliveira Rodrigues

Jayane Pinheiro Trindade

Matheus de Oliveira Barros

Robert Santos do Carmo

Secretaria Municipal de Saúde

Keila Cristina Costa dos Santos

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Ministério Público Federal

Martha Carvalho Dias de Figueiredo

Tech Viz Inova Simples

Adla Viana

Clarice Bittencourt Wilke

Ministério Público do Trabalho

Emerson Albuquerque Resende



PARCERIA

Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SEMFAS)

Rosária Rabelo (Secretária na gestão 2024)

Simone Valadares (Secretária na gestão em exercício)

Edilberto S. Rodrigues Filho (Servidor)

Câmara Municipal de Aracaju

Ex-vereadora e atual deputada estadual
Linda Brasil

APOIO

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia em Sergipe

Karla Melo Santos

Tribunal Regional do Trabalho

Thenisson Santana Dória

Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe

Lilian Jordeline Ferreira de Melo

FINANCIAMENTO

Linda Brasil (ex-vereadora por Aracaju e atual deputada estadual):

R\$ 49.154,00

Ministério Público do Trabalho:

R\$ 5.700,00

GESTÃO FINANCEIRA

Comunidade Católica Bom Pastor



RECENSEAMENTO (pesquisa, coordenação ou apoio)

Adriana Prado Silva
Alcir Lopes de Oliveira
Alessandra dos Santos
Alisson Costa de Oliveira
Ana Cláudia Leite Quirino
Anderson Pereira dos Santos
André Luís Souza Reges
Anne Rafaela
Antônio Carlos de S. Jaqueira
Antônio Marcos dos Santos
Bernadete Maria
Bruno Cerqueira Gama
Cadmo Raimundo R. Nascimento
Camila Rodrigues Macedo
Camilla Martins Albuquerque
Carlos Isaac B. do Nascimento
Catharina da S. S. Menezes
Cirleide Maria
Cristiane Nascimento
Dandara Teles de O. D'Eça
Dário dos Santos Oliveira
Davi dos Santos Oliveira
David Mendes de Araújo
Denis Alexandre Silva de Lima
Edilberto S. Rodrigues Filho
Érica Vieira dos Santos Sampaio
Erick Matheus dos Santos
Evelyn Christina
Flávia Macedo
Gilvânia Santos Moreira
Gizelma Leandro da Silva
Helmir Oliveira Rodrigues
Hosmany Bezerra Ramos



RECENSEAMENTO (pesquisa, coordenação ou apoio)

Iverson dos S. Vasconcelos
Jayane dos Santos Trindade
João Paulo Ferreira Lima
Joelson Ribeiro dos Santos
José Alberto Silva
José Everaldo dos Santos
Julielle Luana Melo Soares
Keila Cristina Costa dos Santos
Laís Suelen Gonzaga Almeida
Leandro Vieira Dantas
Lidiane Costa Souza
Luciano Souza dos Santos
Luiza Santos Andrade
Maísa Aguiar Santana
Marcelo Bessa de Oliveira
Márcio José Silva
Marcos de Carvalho
Maria Alves Lima
Maria Aparecida R. da Silva
Matheus de Oliveira Barros
Michele Santos do Nascimento
Milton Alves
Moyses Silva
Orlando Reis Cruz
Rafael José Marinho
Robert Santos do Carmo
Rosivânia Ramos Barbalho
Samara Félix
Sara Blandina de A. Rodrigues
Simone da Silva Gonçalves
Sônia Oliveira Santos
Tamires Barros de Almeida
Vilanie S. Rezende de Oliveira

**RECENSEAMENTO** (pesquisa,
coordenação ou apoio)

Vilma Maria

Wanessa Santos

Yves Deluc B. Santos

CONFECÇÃO DA ARTE (Girento)

Fernando Luiz da Cruz – idealização e produção;

Rafael Marinho – idealização;

Assessoria de Comunicação da Secretaria
Municipal de Saúde [gestão da secretária
Waneska Barbosa] – digitalização;**PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO**

Matheus Melo



RESUMO

Este relatório visa apresentar os dados obtidos com o estudo censitário da População em Situação de Rua em Aracaju, no ano de 2024, guiar o(a) leitor(a) na análise deles, apresentar o histórico desse percurso de trabalho, as escolhas metodológicas engendradas e subsidiar recomendações para a melhoria ou construção de Políticas Públicas. O estudo, de caráter inaugural no município

de Aracaju, desenvolve um trabalho colaborativo junto às pessoas em situação de rua (ou com trajetória de rua), de modo a ampliar o escopo de uma pesquisa censitária usual, contribuindo, sobretudo, para um processo de legitimidade simbólica dos saberes dessas pessoas. Como resultado, temos uma pesquisa com rigor ético-metodológico, horizontalidade e validação entre pares.





LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1. Parte da equipe de recenseamento após aplicação em instituição	15
Figura 2. Recenseadores(as) na capacitação.	24
Figura 3. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor	26
Figura 4. Reunião entre recenseadores, mediadores e coordenações de campo	27
Figura 5. I Encontro Nacional de Mulheres em situação de Rua e suas diversidades, com participação de Keila Costa, da Rede de Atenção Psicossocial, recenseadora Simone e Rosivânia Ramos, da Comunidade Católica Bom Pastor	28
Figura 6. Aracaju: Área de Cobertura do Censo Pop Rua, 2024	33
Figura 7. Aracaju. Delimitação das zonas censitárias	34
Figura 8. Oficina de delimitação de subzonas e roteiros	34
Figura 9. Agentes Censitários. Reconhecimento de perímetros	35
Figura 10. Hospitais e instituições de acolhimento da PSR em situação de atendimento	35
Figura 11. Aracaju - Distribuição da coleta de dados do Censo de PSR, segundo os dias de trabalho (primeiro dia)	36
Figura 12. Aracaju - Distribuição da coleta de dados do Censo de PSR, segundo os dias de trabalho (segundo dia)	36
Figura 13. Aracaju - Distribuição da coleta de dados do Censo de PSR, segundo os dias de trabalho (terceiro dia)	37
Figura 14. Recortes dos setores de abrangência de cada equipe de Recenseadores, 2024 (Formato A3)	38
Figura 15. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo	42
Figura 16. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo	50
Figura 17. Membros do Grupo de Trabalho e alguns recenseadores no Seminário de Divulgação dos Dados do Censo PopRua Aju 2024, realizado em 13 de março de 2025	52
Figura 18. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo	53
Figura 19. Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (Núcleo Aracaju) em momento de acolhimento musical na capacitação de recenseadores(as) e coordenadores(as) de campo	54



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 20. Membros do Grupo de Trabalho, alguns recenseadores, representantes de instituições e ouvintes no Seminário de Divulgação dos Dados do Censo PopRua Aju 2024, realizado em 13 de março de 2025	56
Figura 21. Representante da Pastoral do Povo da Rua em Aracaju durante capacitação de recenseadores(as) e coordenadores(as) de campo	58
Figura 22. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo	60
Figura 23. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo	61
Figura 24. Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo	62



SUMÁRIO

APRESENTANDO O CENSO: LOCALIZANDO A POPULAÇÃO DE RUA

	13
Objetivos gerais e específicos	25
Parcerias institucionais e Apoio técnico	25
Sobre o Grupo de Trabalho	27
Etapas do estudo	29

METODOLOGIA DA PESQUISA

Planejamento e Organização do Trabalho de Campo	31
Estruturação das equipes e treinamentos	31
Cobertura territorial	33
Logística operacional	39
Estratégias de abordagem direta e observacional	41
Instrumentos de Coleta de Dados	43
Formulários quantitativos e quali-quantitativos	43
Crítérios de inclusão e exclusão	44
Procedimentos éticos e de sigilo	44
Dimensões Investigadas	45
Identificação e perfil sociodemográfico	45
Relação com a rua e trajetória de vida	46
Acesso à documentação	46
Condições de saúde	46
Alimentação e higiene	46
Trabalho, cultura e lazer	47
Habitação	47
Direitos Humanos	47
Perguntas abertas	48

PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM ARACAJU

	49
Resultados da primeira etapa	50
Resultados da segunda etapa	50

ANÁLISE COMPARATIVA E TENDÊNCIAS

RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Síntese das recomendações	63
---------------------------	----

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

Apêndice A - Formulário 1ª Etapa (quanti)	67
Apêndice B - Formulário 2ª Etapa (quanti-quali)	69

APRESENTAÇÃO

APRESENTANDO O CENSO: LOCALIZANDO A POPULAÇÃO DE RUA	14
Objetivos gerais e específicos	25
Parcerias institucionais e Apoio técnico	25
Sobre o Grupo de Trabalho	27
Etapas do estudo	29



APRESENTANDO O CENSO: LOCALIZANDO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Os censos sobre a população em situação de rua refletem um duplo processo: de um lado, expressam a luta pelo reconhecimento e garantia dos direitos civis desse contingente populacional; de outro, respondem à necessidade de construir mecanismos de governabilidade, orientando a atuação do Estado diante dessas pessoas. Assim, tais processos censitários podem ser compreendidos tanto como instrumentos para a reivindicação de direitos quanto como dispositivos que configuram a noção de “população”, um aspecto essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

Dessa maneira, os censos — e não seria diferente no caso da população em situação de rua — refletem a transposição das formas de gestão e controle sobre demandas, corpos e questões sociais. No contexto específico da população em situação de rua, observa-se uma transição na responsabilidade sobre essa parcela da sociedade: a atuação, antes predominantemente conduzida por grupos filantrópicos, religiosos e coletivos da sociedade civil, passa a ser progressivamente

incorporada pelos aparatos estatais, especialmente por meio da formulação de políticas públicas e da realização de pesquisas censitárias. Em outras palavras, a emergência da população em situação de rua como categoria analítica está intrinsecamente ligada à consolidação de um arcabouço político, jurídico e assistencial que não apenas reconhece essas pessoas, mas também as insere no campo dos direitos e da governança pública.

Muito antes do engajamento de militantes e referências na luta pelos direitos civis da população em situação de rua, como Maria Lúcia Santos Pereira¹, movimentos sociais e grupos religiosos já sinalizavam a necessidade de realizar a contagem dessa população. Esse alerta não apenas evidenciava as múltiplas demandas dessas pessoas, mas também desempenhava um papel fundamental na construção da população em situação de rua como uma categoria social e política, reconhecendo-a enquanto sujeito portador de direitos.

¹ Maria Lúcia Santos Pereira (Itapetinga, 1967 – Salvador, 2018) foi uma destacada militante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e referência histórica na luta pelos direitos da população em situação de rua no Brasil. Sua trajetória de vida — marcada por 16 anos de vivência nas ruas e posterior atuação política — contribuiu de forma decisiva para a estruturação do MNPR enquanto instância nacional de representação, incidência política e organização coletiva. Seus feitos tiveram papel fundamental na consolidação de pautas e estratégias do movimento, especialmente na região Nordeste, onde atuou com forte capilaridade política. Em Sergipe, Maria Lúcia morou por um breve período na cidade de Aracaju. Em sua homenagem, foi realizado, em 2021, na capital sergipana, o II Encontro Nordeste do MNPR, evento que levou seu nome como forma de resgatar e fortalecer sua memória e ampliar a articulação regional em torno das pautas dos direitos humanos e da justiça social. Sua atuação também extrapolou fronteiras nacionais, tendo representado o movimento em espaços internacionais de defesa dos direitos humanos, como o



Figura 1. Parte da equipe de recenseamento após aplicação em instituição

Fonte: Grupo de Trabalho, 2024

A contagem da população em situação de rua, no Brasil, tem sido um desafio histórico, marcado por lacunas institucionais e esforços locais esporádicos. A ausência dessa população nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tradicionalmente utiliza uma abordagem domiciliar, é um caráter constitutivo desse processo. O primeiro levantamento de caráter nacional ocorreu apenas em 2009, revelando a necessidade urgente de dados para formulação de políticas públicas eficazes².

Os primeiros esforços municipais de contagem da população em situação de rua remontam à década de 1990, destacando-

-se Belo Horizonte, que em 1998 realizou seu primeiro censo oficial sobre essa população. Nos anos seguintes, outras cidades, como São Paulo e Porto Alegre, adotaram iniciativas semelhantes, desenvolvendo metodologias próprias para o mapeamento dessa realidade. O Censo de São Paulo de 2000, por exemplo, foi pioneiro ao introduzir uma abordagem sistemática, segmentando a cidade em distritos censitários, o que permitiu uma compreensão mais detalhada da distribuição territorial da população em situação de rua³.

A partir dos anos 2000, a promulgação do Decreto 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de

Conselho de Direitos Humanos da ONU, além de ter sido homenageada com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos (2013) e a Medalha Zumbi dos Palmares (2016), em reconhecimento à sua luta incansável pela dignidade das pessoas em situação de rua.

² BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua:** aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.

³ Para um histórico completo dos processos censitários no Brasil: Erick Matheus dos Santos Araujo. **RUA:** Ainda não aprenderam a contar – População em Situação de Rua e a produção censitária no Brasil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direitos Humanos e Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2024



Rua (PNPSR), marcou um reconhecimento oficial dessa população e incentivou prefeituras a realizarem levantamentos próprios. Nesse contexto, o Censo Nacional de 2009 tornou-se o primeiro — e até o momento, único — levantamento de abrangência nacional, contemplando 71 municípios, entre capitais e cidades com mais de 300 mil habitantes. Aracaju integrou essa iniciativa, registrando, à época, 197 pessoas em situação de rua⁴. Essa pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas com pessoas adultas em situação de rua e forneceu uma base inédita de dados, trazendo à tona questões relacionadas à saúde, renda e vínculos familiares.

Após esse marco, os censos municipais tornaram-se mais frequentes, embora ainda descoordenados em âmbito nacional. Municípios como Porto Alegre, Salvador e Fortaleza passaram a realizar censos periódicos, enquanto em outros locais, as contagens permaneceram esporádicas (BRASIL, 2024).

As metodologias adotadas nos censos municipais sobre a população em situação de rua variaram ao longo dos anos, com algumas iniciativas concentrando-se exclusivamente nas pessoas que permanecem nas ruas, enquanto outras também incluíram aquelas em situação de abrigamento. A coleta de dados costuma ocorrer no período noturno, uma vez que o pernoite é frequentemente utilizado como critério central para a definição dessa população. No entanto, algumas metodologias inovadoras foram implementadas, como a utilização de marcadores visuais

no Censo de Salvador, abrindo possibilidades de identificação da população em situação de rua também no período diurno⁵.

Ainda sobre as nuances metodológicas podemos apontar que o histórico dos censos da população em situação de rua, no Brasil, apresenta uma diversidade de abordagens, refletindo as especificidades territoriais e institucionais de cada localidade. A inexistência de um padrão nacional amplamente adotado levou os municípios a desenvolverem as suas próprias estratégias de identificação, mapeamento, contagem e caracterização dessa população, resultando em variações significativas nos métodos aplicados.

Uma característica comum aos censos é a dificuldade de alcançar uma cobertura total da população em situação de rua, devido à mobilidade constante e a ausência de uma referência domiciliar fixa — se tomarmos como parâmetro o estudo censitário por domicílio realizado pelo IBGE, por exemplo —. Assim, uma das metodologias mais utilizadas é a contagem direta em pontos de concentração, na qual equipes percorrem áreas previamente mapeadas, geralmente no período noturno, para minimizar o risco de contagem duplicada e garantir maior precisão ao identificar pessoas em pernoite, na rua. Essa abordagem tem sido predominante em municípios como São Paulo e Belo Horizonte, que dividem o território em setores censitários, utilizando critérios como barreiras físicas e fluxos urbanos.

⁴ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.

⁵ SUMÁRIO EXECUTIVO DE PESQUISA. Mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua em Salvador. Salvador: Centro Projeto Axé, 2023. Disponível em: <http://www.projetoaxe.org/brasil/axemediia>.



Essa estratégia foi adotada na proposta aracajuana, sobretudo na produção e compreensão dos fluxos que essas pessoas estabelecem nos espaços urbanos. Para tanto, a participação da população em situação de rua na elaboração de mapas e na divisão de setores censitários mostrou-se de grande valia para a compreensão das dinâmicas cotidianas dessas pessoas na cidade e, em contrapartida, forneceu saberes importantes para a organização logística da pesquisa de campo.

Desde logo, vale destacar que a participação das pessoas em situação de rua ou com trajetória de rua, nesse estudo censitário, está diretamente ligada a aposta ético-metodológica em produzir uma pesquisa junto às pessoas, uma vez que elas mesmas possuem experiência para fornecer uma cartografia do fluxo na cidade e para delimitar itinerários formativos e metodológicos que melhor compreendam as especificidades das pessoas em situação de rua. Somado a elas, participaram igualmente nesse processo as trabalhadoras do Projeto Redução de Danos (PRD), da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), do Consultório na Rua, da Rede de Atenção Primária à Saúde (RAS)⁶, bem como, posteriormente, as Agentes Comunitárias de Saúde, também da RAS, e Equipes de Abordagem Social, do Centro de Referência Espe-

cializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Nos censos, de modo geral, esses levantamentos eram conduzidos exclusivamente por equipes técnicas governamentais. Com o tempo, contudo, avançou-se na inclusão de movimentos sociais, como o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e da própria população em situação de rua no planejamento e na execução dos censos, contribuindo para uma abordagem mais qualificada e precisa. Essa característica constituiu também o censo municipal realizado em Aracaju no ano de 2024.

Apesar dos avanços, desafios persistem. A falta de padronização nas metodologias de coleta de dados, a ausência de financiamento contínuo e a mobilidade da população em situação de rua dificultam a obtenção de informações fidedignas. A realização de censos ainda depende, na maioria, da vontade política local e de iniciativas isoladas das prefeituras, o que impede uma visão nacional consolidada.

Em Aracaju, a partir de um acionamento realizado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) em novembro de 2022, foi formada uma equipe⁷ composta por gestores da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com experiência no trabalho com pessoas em situação

⁶ No âmbito nacional, conforme a Portaria nº 4.279/2010 do Ministério da Saúde, a sigla RAS refere-se à Rede de Atenção à Saúde, estrutura composta por diferentes pontos de atenção articulados em um sistema regionalizado e hierarquizado. Contudo, no município de Aracaju, há um uso específico das nomenclaturas: a Rede de Atenção Primária à Saúde é comumente referida como RAS, enquanto a Rede de Atenção Psicossocial, voltada à saúde mental, é localmente identificada como REAPS. Essa particularidade terminológica reflete uma adaptação da gestão municipal no campo da saúde, sendo importante esclarecê-la para evitar equívocos na leitura do presente relatório.

⁷ Camilla Alburqueque (coordenadora da RAPS), Jayane Trindade (coordenadora do Consultório na Rua), Matheus Barros (coordenador do CAPSad Primavera) e Robert Carmo (coordenador do Projeto Redução de Danos). Mesmo após a saída dos mesmos dos respectivos cargos ocupados, se mantiveram no Grupo de Trabalho, dado a experiência e relação estabelecida com o estudo censitário.



"Assim, foi instituída a estratégia do **Grupo de Trabalho (GT)**, em parceria com os movimentos sociais e outras instituições, para construir, validar e acompanhar os efeitos do estudo censitário"

de rua, para realizar um estudo censitário. Essa equipe, por sua vez, referendou a necessidade de criação de um grupo independente. Assim, foi instituída a estratégia do Grupo de Trabalho (GT), em parceria com os movimentos sociais e outras instituições, para construir, validar e acompanhar os efeitos do estudo censitário.

Formam o Grupo de Trabalho Censo da População em Situação de Rua de Aracaju: Movimento Nacional da População em Situação de Rua – Núcleo Aracaju (MNPR-SE), Pastoral do Povo da Rua, Associação Católica Bom Pastor, Professores, Pesquisadores e Estudantes dos Departamentos de Educação em Saúde, Psicologia e Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Assim como a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde (ambas do município de Aracaju), Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/Ministério Público Federal, Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – 19ª Região, Comissão de Direitos Humanos da OAB-SE, Tribunal Regional do Trabalho e a TechViz, na condição de apoiadores.

Em determinado momento houve uma quebra de acordo por parte da secretária em exercício da Secretaria Municipal de

Saúde, mas que, no entanto, não impactou na participação assídua das equipes vinculadas à Rede de Atenção Psicossocial e da Assessoria de Comunicação, ainda que tenha inviabilizado a execução do censo em 2023, como previsto. Felizmente, ainda no mesmo ano, a atual Deputada Estadual Linda Brasil, a época vereadora, destinou recursos de emenda impositiva para a execução do censo por meio da Associação Católica Bom Pastor. A destinação deste recurso foi o principal aporte monetário empregado para a realização deste trabalho.

No primeiro semestre de 2024, uma relevante parceria com o Ministério Público Federal (MPF), representado especialmente pela Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, Martha Figueiredo, viabilizou a interlocução entre o grupo de trabalho e a gestão da Secretaria de Assistência Social do município. Essa parceria também possibilitou a destinação de recursos por meio do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Para esse censo, a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social de Aracaju (SEMFAS) disponibilizou 20 smartphones e 10 veículos (carro tipo passeio) e dois micro-ônibus, além da participação direta dos seus servidores. Já a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Aracaju também disponibilizou servidores para execução do censo e a colaboração da sua Assessoria de Comunicação.

Dada a amplitude com que o Decreto 7.053/2009 define quem é uma pessoa em situação de rua, cada estudo censitário tem adotado critérios próprios para delimitar os seus objetivos e, conseqüentemente, o público a ser recenseado. No nosso caso, o Grupo de Trabalho entendeu que, dado: a) a *inexistência de dados censitários atuais e mais específicos sobre as pessoas que moram nas ruas*; b) a *falta de verbas para execução de um*



estudo de tamanha complexidade; c) os dados produzidos pelo IBGE sobre domicílios particulares improvisados e coletivos (o que incluiria, em tese, as ocupações, por exemplo), era necessário recensear **as pessoas adultas que dormem e acordam nas ruas**, incluindo aquelas em situação de abrigo público, em acolhimento noturno nos Centros de Atenção Psicossocial e Unidade de Acolhimento Adulto, bem como as pessoas hospitalizadas; observando, nesses casos, **as pessoas adultas que têm esse local transitório como espaço habitual de moradia**, ou seja, que estão em situação de rua, mas, por ocasião do serviço a que estão vinculadas, estão em abrigo ou hospitalidade noturna. Por assumirmos esse critério, concentramos os nossos esforços de contagem entre 22h e 04h da manhã, na rua, e entre 17h e 22h nos espaços institucionais, como detalharemos adiante.

Nesse sentido, ao adotarmos tal critério, optamos por não recensear as pessoas adultas em situação de rua que têm a rua como local de trabalho, como profissionais do sexo, flanelinhas, guardadores de carro, artistas de rua, ambulantes, entre outros, mas não dormem e acordam nas ruas. Pelo mesmo motivo, não recenseamos aquelas que estão em ocupações, uma vez, inclusive, que há o entendimento político-organizacional em algumas dessas de que não são pessoas em situação de rua, ainda que o referido decreto

as considere. É evidente, no entanto, a necessidade de um estudo censitário maior que leve em consideração essas realidades e, por sua vez, apresentem um retrato ampliado da precarização social em nosso município.

Por precarização, apontamos para um argumento conceitual proposto pela filósofa Judith Butler (2019), que indica que, apesar de todas as pessoas compartilharem de uma condição de precariedade, ou vulnerabilidade, essa condição é, sobretudo, distribuída politicamente de distintas e desiguais maneiras, de tal modo que determinados grupos sociais vivenciam processos de violência, exclusão e violação de direitos fundamentais, por exemplo, e outros não. Isso indica, por sua vez, não apenas a pobreza no cenário do qual relatamos, mas, a tecnologia política em fazer da pobreza uma condição a ser vivida; uma gestão da precariedade que hierarquiza prioridades, políticas e afins. Afinal, de que outro modo se explica que um idoso em situação de rua e com necessidades de saúde e dificuldade com a mobilidade afirme, durante esse estudo censitário, que o seu sonho é ter uma casa nem que fosse pequena, mesmo que ele “entrasse abaixado”?

Ainda no tocante aos critérios, optamos por não recensear crianças e adolescentes em situação de rua, já que isso demandaria algumas responsabilidades éticas e não havi-



amos construído um repertório analítico para entender quais as possibilidades dessa abordagem, caso não houvesse a presença de um maior responsável. Além disso, não havia histórico desse público dormindo e acordando nas ruas, mas, predominante em situações de manguieio⁸ até determinado horário, geralmente às 22h, e, especialmente, em períodos festivos. Indicando também o que chamamos outrora de retrato da precarização social. *O que não significa, portanto, que se afirme aqui a inexistência de crianças e adolescentes dormindo na rua, muito menos a de crianças e adolescentes em situação de rua*, mas, sim, que essa é uma realidade a ser observada com mais repertórios analíticos.

No que diz respeito a execução desse estudo censitário, vale dizer que o organizamos em duas fases. **Na primeira**, com foco específico no processo de contagem, utilizamos dois tipos de coleta de dados: por abordagem direta e por observação. A abordagem direta referia-se ao preenchimento do formulário por meio de diálogo direto com a pessoa recenseada, enquanto o caráter observacional implicava apenas na contagem quantitativa das pessoas que estavam dormindo nas ruas durante a execução do censo, sem o preenchimento de dados descritivos.

Essa medida foi adotada por diversos motivos: a ocasião do pernoite, a impossibilidade ou recusa de diálogo, ou ainda a ava-

liação da equipe quanto aos protocolos de aplicação. Ao reafirmarmos essa posição, também indicamos que essa escolha metodológica se vincula ao procedimento de aplicação noturna dos formulários. Tal definição baseou-se em uma tentativa de evidenciar, com maior clareza, os marcadores que remetem à produção existencial no contexto de rua. Nesse sentido, conforme adotado em outros censos, a ocupação noturna do espaço urbano nos pareceu um fator distintivo para a definição das pessoas em situação de rua sujeitas à aplicação do censo municipal. Inclusive, por isso, foi definido o horário de contagem mencionado acima, entre 22h e 04h, uma vez que neste horário, a partir do relato das pessoas em situação de rua e técnicos envolvidos no Grupo de Trabalho, bem como a partir da realização de pré-teste em campo, entendemos que melhor acessaríamos as pessoas a serem recenseadas.

Isso não significa que a nossa proposta metodológica encerre as discussões relativas ao vasto repertório de métodos de contagem utilizados e as possibilidades passíveis de serem desenvolvidas. Como mencionado anteriormente, a depender das condições territoriais, são aplicadas dinâmicas variadas para a produção de estimativas dessa população.

Muitas análises vêm destacando a construção de marcadores sociais como modalidade de definição do público, procedimento

⁸ Manguieio é uma categoria nativa utilizada por pessoas em situação de rua para designar um conjunto de movimentos cotidianos orientados à obtenção de recursos essenciais à sobrevivência — como dinheiro, alimentos, favores e objetos passíveis de troca. Trata-se de uma prática relacional e territorializada, marcada por interações com passantes, comerciantes, grupos filantrópicos, equipamentos públicos e o próprio espaço urbano, constituindo formas particulares de circulação e permanência na cidade. Embora o manguieio não seja uma prática exclusiva das pessoas em situação de rua, é nesse grupo social que ele se torna mais visível, sistemático e relevante, operando como estratégia de sobrevivência e também como forma de trabalho informal, ainda que precária. Em Aracaju, o termo adquire densidade analítica ao revelar dinâmicas específicas de apropriação dos territórios urbanos, negociação social e inserção em circuitos econômicos e solidários que se estabelecem à margem das institucionalidades formais da cidade.



também empregado na elaboração e aplicação dos censos em geral. Ruptura de laços familiares, pobreza extrema, dificuldade de acesso a bens básicos de sobrevivência, marcador racial, entre outros, figuram entre os aspectos considerados na tentativa de caracterização desse grupo. A problemática que enfrentamos é que tais marcadores não se restringem apenas às pessoas em situação de rua; na realidade, atravessam, de maneira muito semelhante, diversas frações sociais no contexto urbano contemporâneo.

Nesse sentido, a nossa metodologia buscou aprimorar a compreensão analítica dessa realidade, residindo sobretudo no esforço de apreender as minúcias das relações socioespaciais construídas por essas pessoas na cidade. Em especial, consideramos as produções de mobilidade, fator visto como um desafio preponderante em todos os censos. Esse procedimento, entendido como um marcador social da diferença, fundamentado na inteligibilidade das práticas, usos e sentidos produzidos pela população em situação de rua nos seus espaços de convivência, mostra-se muito mais promissor se adotado como artefato investigativo. Isso demonstra, ainda, que a participação dessas pessoas é imprescindível para a construção de tais saberes.

Portanto, o objetivo primordial *consiste em considerar a relação da pessoa com o seu local de pernoite*. Em recente publicação do Ministério do Desenvolvimento Social⁹, o debate sobre a vinculação com o espaço social assumiu papel de destaque. Essa preocupação se conecta diretamente às dificuldades inerentes à criação de uma categoria censi-

tária que leve em conta os fluxos, itinerários e os vínculos construídos por essas pessoas em seus cotidianos. A própria heterogeneidade constitutiva do público recenseado forçou o Grupo de Trabalho a adotar a dimensão socioespacial como instrumento de definição metodológica.

Vale ressaltar que essas posições foram elaboradas com ampla participação da população em situação de rua, que expôs seus saberes e dialogou com os diversos atores que compunham aquele coletivo. Por várias vezes, nos debates, pudemos ouvir da própria população de rua: “Se vocês querem mesmo saber quem dorme no papelão, tem que ir à noite.”

Ademais, o horário de início e término da contagem, que serviu como demarcador temporal, surgiu justamente desses saberes apontados pela população em situação de rua. Importa ainda registrar que tais caminhos metodológicos, além de evidenciarem nossa posição diante do repertório analítico empregado na elaboração do censo, ofereceram maior precisão e delineamento do público efetivamente considerado no nosso procedimento censitário. Nesse sentido, percorrer a rua em outro horário não apenas configuraria uma fragilidade analítica, mas também poderia acarretar um possível desvio em nossa produção técnica.

A mobilidade dessas pessoas é um elemento crucial para compreender a produção dos lugares. A noção de “lugar” aqui ultrapassa a ideia de espaço físico; envolve relações simbólicas e sociais que se constroem a partir de movimentos e práticas cotidia-

⁹ OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de; ALMEIDA, Thiago Cordeiro; NATALINO, Marco Antônio Carvalho; MOSTAFA, Joana. População em situação de rua: limites e potencialidades de uma categoria social. In: Cadernos de Estudos: População em Situação de Rua – Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. p. 31-48.



nas. O lugar, enquanto demarcações físicas e simbólicas, é qualificado pelo uso e, em consequência das práticas usuais, ganha sentidos singulares (SANTOS, 2006). Essa dinâmica produtiva orienta as ações sociais, que geralmente estão imbuídas de processos subjetivos, carregados de convergência de práticas e significados. A compreensão desses fatores norteou a construção dos mapas e, conseqüentemente, balizou nossa atuação em território.

Ao elaborar os mapas que permitiram identificar os espaços urbanos onde as pessoas em situação de rua habitualmente exercem sua cotidianidade em Aracaju, diversos integrantes do Grupo de Trabalho, composto por pessoas que vivem nas ruas e que participaram da confecção do censo municipal, apontaram uma série de motivações que caracterizam seus usos e sentidos. Relações afetivas, ganhos monetários, possibilidades de trabalho, uso de drogas, alimentação, acesso a bens e serviços institucionais foram alguns dos motivos apresentados para a relativa cristalização de dinâmicas socioespaciais no tecido urbano. Em outras palavras, tais dinâmicas usuais e significativas convergiam, em algum grau, para a produção de determinadas sociabilidades no espaço. Foi esse entendimento que nos possibilitou,

teoricamente e com base nas sensibilidades dessas pessoas, construir, dividir e estabelecer modelos de atuação para a aplicação dos questionários do censo municipal.

A abordagem participativa também tem sido um diferencial metodológico relevante. Censos recentes, como os realizados em Recife, Santos e Brasília, contaram com a inclusão de pessoas com experiência de vida na rua como recenseadores e consultores, conferindo maior legitimidade ao processo e proporcionando uma abordagem mais sensível e contextualizada.

Em 2023, o Governo Federal lançou o Plano Ruas Visíveis, visando aprimorar a política para a população em situação de rua e incentivando a realização de censos mais abrangentes. No entanto, até o momento, o IBGE não incorporou essa população em suas pesquisas censitárias regulares, o que mantém a invisibilidade estatística dessa parcela da população. Quer dizer, o IBGE abarca, por exemplo, domicílios coletivos (entre eles, abrigos, albergues ou casa de passagem para pessoas em situação de rua) e domicílios particulares improvisados (entre eles tenda ou barraca de lona, plástico e pano ou mesmo estrutura improvisada em logradouro público), mas, por se tratar de uma amostra-

"O lugar, enquanto demarcações físicas e simbólicas, é qualificado pelo uso e, em consequência das práticas usuais, ganha sentidos singulares"



gem por domicílio, não leva em consideração especificidades das pessoas em situação de rua que poderiam, inclusive, como em nosso caso, construir o próprio itinerário metodológico do estudo.

Na tabela abaixo, reunimos os dados do IBGE sobre Aracaju correspondentes ao Censo Demográfico de 2022 e que podem, dado a descrição, englobar a pessoa em situa-

ção de rua. Notem, por exemplo, que apesar do número de domicílios coletivos com morador, não há valores quanto a esse tipo de domicílio para população em situação de rua, apesar de sabermos da existência e termos recenseado as pessoas que estão em abrigos e casa de passagem no município, como veremos adiante.

Tabela 1. Resultado de Agregados do Censo Demográfico 2022 do IBGE

Tipo de domicílio	n.º
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados	266
Domicílios Coletivos Com Morador	429
Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, Tipo de espécie é estrutura residencial permanente degradada ou inacabada	18
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados, Tipo de espécie é tenda ou barraca de lona, plástico ou tecido	210
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados, Tipo de espécie é dentro de estabelecimento em funcionamento	9
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados, Tipo de espécie é abrigo natural e outras estruturas improvisadas	15
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados, Tipo de espécie é estrutura improvisada em logradouro público, exceto tenda ou barraca	16
Domicílios Particulares Improvisados Ocupados, Tipo de espécie é estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada	10
Domicílios Coletivos Com Morador, Tipo de espécie é abrigo, albergue ou casa de passagem para população em situação de rua	0

Fonte: IBGE¹⁰

¹⁰ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41852&t=resultados>. Acesso em 29 jan 2025.

Já na **segunda fase** desse estudo, tendo realizado a contagem e aplicado um percentual de, no mínimo, 20%⁹ para definir a amostra a ser novamente interrogada, dessa vez, com fins de caracterização – mantidos, observa-se, os mesmos critérios adotados na primeira fase –. Ou seja, se valendo do mesmo horizonte metodológico: *dormir e acordar nas ruas ou estar em um abrigo público, CAPS, Unidade de Acolhimento Adulto (UAA) ou hospitais e tê-los como espaço habitual de moradia*, retornamos às ruas e instituições durante a noite para realizarmos um diálogo ainda mais aprofundado, dado o tamanho do questionário e as diferentes categorias e sensibilidades exigidas, a fim de criar subsídios para entender quem são essas pessoas e quais as suas necessidades. Dito isso,

como veremos de forma mais aprofundada nos próximos tópicos, ressaltamos que o censo de Aracaju foi produzido por um grupo de trabalho composto por diversos atores. Nossas escolhas metodológicas basearam-se no diálogo constante com as pessoas em situação de rua e com os movimentos sociais. Tais escolhas também não negligenciaram as posições teóricas e analíticas mobilizadas no próprio fazer da pesquisa.

Assim, é importante destacar que a presente produção, embora carregue suas especificidades, insere-se no contexto censitário nacional, impulsionada, conforme mencionado, pela vontade política local de seus agentes, bem como pelo compromisso de produzir conhecimento científico coletivamente.

Recenseadores(as) na capacitação.
Fonte: Grupo de Trabalho, 2024.



⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=41852&t=resultados>. Acesso em 29 jan 2025.

¹¹ A fim de manter o nível de segurança da amostra, valendo-se, portanto, de uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95% das respostas obtidas em relação ao conjunto de pessoas, conforme parâmetros internacionais. Assim, das **635 respostas (brutas)**, se fazia necessário que, ao menos, **128 pessoas fossem entrevistadas na segunda etapa. No entanto, ampliamos o nível de segurança, chegando a entrevistar 162 pessoas**. Ou seja, em termos proporcionais, aplicamos o segundo questionário após 4 respostas do primeiro questionário, o que implica em 25,96%.



Objetivos gerais e específicos

Objetivo geral: tornar público os dados do censo da população em situação de rua de Aracaju/SE;

Objetivos específicos: caracterizar o perfil das pessoas em situação de rua de Aracaju; mapear as necessidades e demandas encontradas; subsidiar políticas públicas mais assertivas às necessidades dessas pessoas.

Parcerias institucionais e Apoio técnico

A construção desse estudo censitário se deu, sobretudo, a partir da consolidação de um Grupo de Trabalho, uma vez que a especificidade deste tipo de estudo demanda, necessariamente, um dispositivo de trabalho horizontal e intersetorial. Compuseram esse dispositivo:

• Núcleo político-pedagógico

Movimento Nacional de População em Situação de Rua – Núcleo Aracaju, especialmente na figura do coordenador em exercício Alisson Costa de Oliveira;

Pastoral do Povo da Rua, especialmente na figura de Marcos de Carvalho;

Comunidade Católica Bom Pastor, especialmente na figura de Rosivânia Ramos Barbalho;

• Núcleo técnico

Universidade Federal de Sergipe (UFS), na figura dos professores Bruno Cerqueira Gama (Departamento de Psicologia), *Helmir Oliveira Rodrigues* (Departamento de Educação em Saúde) e *Antônio Carlos Campos* (Departamento de Geografia), dos(as) pesquisadores(as) *Camilla Martins Albuquerque* (Programa

de Pós-Graduação em Psicologia), *Jayane Pinheiro Trindade* (Programa de Pós-Graduação em Psicologia), *Matheus de Oliveira Barros* (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) e *Robert Santos do Carmo* (Programa de Pós-Graduação em Educação), bem como dos extensionistas *Carlos Isaac Batista do Nascimento*, *Dandara Teles de Oliveira D'Eça*, *David Jacinto Bezerra*, *Denis Alexandre Silva de Lima*, *Erick Emanuel Nery Dantas*, *Jeniffer Keyla Souza dos Santos* e *Yves Deluc Batista Santos*;

Secretaria Municipal de Saúde, especialmente pela Rede de Atenção Psicossocial, representada pela gestora técnica Keila Cristina Costa dos Santos.

• Parceria

Secretaria Municipal da Família e Assistência Social, representada pelo gestor técnico Edilberto S. Rodrigues Filho, mas também pelas respectivas secretárias: Rosária Rabelo (gestão 2024) e Simone Valadares (gestão em exercício). Menciona-se ainda que, em determinado período na gestão anterior, o gestor técnico Ilzver Matos também compôs o grupo, sendo a primeira articulação com a Assistência a partir da Diretoria de Direitos Humanos.



• Cooperação institucional

Ministério Público Federal, especialmente na figura da Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no Estado de Sergipe Dra. *Martha Carvalho Dias de Figueiredo*;

Ministério Público do Trabalho, especialmente na figura do Procurador Dr. *Emerson Albuquerque Resende*;

Tech Viz Inova Simples, empresa de ciência e análise de dados.

• Apoio

Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia em Sergipe, especialmente na figura da Conselheira *Karla Melo Santos*.

Tribunal Regional do Trabalho, especialmente na figura do Desembargador Dr. *Thenisson Santana Dória*;

Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil em Sergipe, especialmente na figura da Dra. *Lilian Jorde-line Ferreira de Melo*;



Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte Grupo de Trabalho, 2024.



Reunião entre
recenseadores,
mediadores e
coordenações
de campo.

Fonte: Grupo de
Trabalho, 2024

Sobre o Grupo de Trabalho

Desde o acionamento feito pela Secretaria Municipal de Saúde, a equipe constituída para realizar o estudo censitário entendeu que *essa atribuição não poderia ser restrita a um equipamento institucional apenas*, uma vez que:

- a) apesar de já existirem estudos semelhantes no Brasil, não há necessariamente métodos ou metodologias consolidadas como específicas para um estudo censitário junto às pessoas em situação de rua – o que não quer dizer que precisaria ter, já que isso mantém a possibilidade de que se pense sempre as particularidades e escolhas ético-político-metodológicas de cada estudo;
- b) é de extrema relevância que as próprias pessoas em situação de rua, bem como os movimentos sociais ou organizações da sociedade civil que as acompanham também possam ter reconhecidos os seus saberes;

c) o Movimento Nacional da População em Situação de Rua já pautava a necessidade de um censo, inclusive antes desse acionamento, durante o II Encontro Maria Lúcia Santos – Região Nordeste, realizado em Aracaju no ano de 2021, onde foi elencado como uma das principais demandas a realização dele. Inclusive, no relatório desse encontro – *material de extrema importância para a análise das políticas públicas locais e complementar a esse, uma vez que facilmente poderíamos definir como um “gérmen” desse estudo censitário* –, se solicita com urgência a realização do censo e se enfatiza que “a ausência desse instrumento científico coloca em xeque a economia institucional do estado e, como consequência, a qualidade dos serviços ofertados. Se não conhecemos de fato o público que trabalhamos, como poderemos atuar com excelência?” (ARACAJU, 2021)

Portanto, tendo em vista esse cenário, a constituição de uma metodologia de aprendizagem participativa e engajada, tal qual um Grupo de Trabalho, se tornou indispensável para a instrumentalização desse estudo, de modo a valorizar, validar e construir uma trajetória metodológica de pesquisa a partir dos saberes de cada pessoa envolvida, o que significou, sobretudo, a possibilidade de consolidar um processo de *legitimidade simbólica e inteligibilidade*, especialmente do movimento social e das pessoas em situação de rua (ou com trajetória de rua) envolvidas na pesquisa. Como disse Alcir Lopes, pessoa com trajetória de rua e recenseador, “*geralmente não ia ser com os moradores de rua, deram oportunidade a gente de a gente dar a voz, de a gente falar do que a gente passou, do que a gente presenciou, do que a gente viveu, então, para mim, isso foi um currículo*”. Vale tomarmos como currículo aqui “a criação linguística, discursiva, de uma realidade própria” (Silva, 2020, p. 66) – que

extrapola, e muito, a lógica de participação, e é mais condizente com o que nos diz (e fez) Alcir e tantos outros(as) – assim, mais do que lhes dada a oportunidade, ela foi tomada a fim de que fosse produzida uma outra poética e política. A construção desse currículo é o combustível desse estudo censitário e só foi possível mediante o Grupo de Trabalho.

Vale ainda dizer que esse dispositivo está em atividade desde novembro de 2022 e realizou diversas reuniões, articulações, processos formativos, além, é claro, de ter construído várias tecnologias. O apoio do pároco da Paróquia São Pedro Pescador, Pe. Anderson Gomes, da Cáritas e da Secretaria Municipal de Saúde – por meio da disponibilidade de salas do Centro de Educação Permanente em Saúde – foram indispensáveis para a realização dos encontros.



I Encontro Nacional de Mulheres em situação de Rua e suas diversidades, com participação de Keila Costa, da Rede de Atenção Psicossocial, recenseadora Simone e Rosivânia Ramos, da Comunidade Católica Bom Pastor.

Fonte: Grupo de Trabalho, 2024



Etapas do estudo

- Identificação e convite a pessoas e entidades que atuam com pessoas em situação de rua;
- Revisão bibliográfica e estudo das legislações;
- Revisão da literatura sobre temática e diálogo com entidades de Recife, Fortaleza e Feira de Santana que realizaram estudos similares;
- Diálogo com Movimento Nacional de População em Situação de Rua (Núcleo Aracaju), Pastoral do Povo de Rua, Comunidade Católica Bom Pastor, usuários de serviços de Saúde e Assistência do município, além de técnicos do Consultório na Rua, do Projeto Redução de Danos e Agentes Comunitários de Saúde (da Zona de Expansão);
- Diálogo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE);
- Revisão de literatura e adaptação interseccional a nossa realidade;
- Construção de questionários;
- Definição de equipes;
- Definição da estratégia de atuação;
- Mapeamento do fluxo das pessoas em situação de rua;
- Realização de pré-teste dos questionários no Grupo de Trabalho;
- Realização de treinamento;
- Aplicação de questionário quantitativo em horário noturno e em instituições com leito de acolhimento noturno com morador de rua;
- Organização de dados produzidos;
- Realização de cálculo amostral;
- Definição de equipes;
- Aplicação de questionário quanti-qualitativo;
- Organização de dados produzidos;
- Análise dados produzidos;
- Confeccção de relatório do estudo censitário;
- Publicização do conteúdo do Relatório Final;

METODOLOGIA

METODOLOGIA DA PESQUISA	30
Planejamento e Organização do Trabalho de Campo	31
Instrumentos de Coleta de Dados	43
Dimensões Investigadas	45



PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Estruturação das equipes e treinamentos

As equipes de recenseamento foram compostas por: **um motorista; um(a) coordenador(a) de campo; um(a) mediador(a) e dois(duas) recenseadores(as)**, organizadas, para além de suas funcionalidades, em atenção à *diversidade étnico-racial, territorial* (sempre que possível) e *de gênero* de seus componentes, uma vez, por exemplo, que estabelecemos como condição para a formação da equipe que houvesse, no mínimo, uma mulher, tanto para favorecer a abordagem, evitando que uma mulher se sentisse recuada ao ser abordada por uma equipe predominantemente masculina, quanto para que atenuasse a possibilidade de evitação das perguntas sensíveis do segundo questionário.

Os(as) **recenseadores(as)** ficaram diretamente responsáveis pela aplicação do questionário; o(a) **mediador(a)** – *pessoa com trajetória de rua* – se colocava, sempre que necessário, na posição de intermediar a relação entre os(a) recenseadores(as) e o público-alvo; **o(a) coordenador(a) de campo** tinha a função de acompanhar o cumprimento das rotas previamente defini-

das e mediar possíveis ocorrências durante o percurso; e o **motorista** tinha a função de transportar as equipes.

As pessoas com trajetória de rua se localizaram especialmente como mediadoras, mas, também ocuparam, em algumas equipes, a função de recenseadora (quando sabia ler e escrever), dividindo essa função com pessoas *com histórico junto aos movimentos sociais, residentes de Saúde Mental, componentes do Grupo de Trabalho, técnicos da Saúde ou Assistência e estudantes*, todos(as) com alguma proximidade com o público a ser recenseado. No caso das pessoas com trajetória de rua, vale ressaltar, que todas elas foram devidamente remuneradas por dia de trabalho. Os motoristas, bem como os carros (tipo passeio) e micro-ônibus foram disponibilizados pela Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), a partir de uma pactuação realizada com o grupo de trabalho junto ao Ministério Público Federal (MPF).

Nos dias 27 e 28 de agosto de 2024, na sede da Associação Católica Bom Pastor, realiza-



mos o treinamento de 70 recenseadores(as), entre eles(as), pessoas com trajetória de rua, representantes de movimentos ou organizações sociais (MNPR, Pastoral do Povo da Rua e Comunidade Católica Bom Pastor), estudantes, pesquisadores(as) e professores da Universidade Federal de Sergipe, técnicos(as) e gestores(as) vinculados à Rede de Atenção Psicossocial, técnicos(as) e gestores(as) vinculados à Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Essas datas não foram divulgadas publicamente, tampouco as datas de execução, para evitar quaisquer modificações territoriais motivadas por isso.

No caso da **primeira etapa**, o treinamento englobou um conjunto de falas e experiências que viabilizasse a) a compreensão da necessidade de se fazer um estudo censitário; b) a reflexão sobre os direitos humanos e diversidade étnico-racial, de gênero e sexualidade; c) o entendimento de cada pergunta do questionário, bem como as possibilidades de respostas; d) a visualização dos nossos itinerários territoriais junto aos mapas de campo; e) a definição de coordenações de campo, mediadores(as) e recenseadores(as).

Vale dizer que os *motoristas também foram capacitados para o censo*, no entanto, dado a logística de trabalho deles, foi organizado um outro diálogo (em um dia e contexto diferentes dos mencionados acima), para contextualizar-los acerca do objetivo do trabalho, dos horários e das condutas a serem evitadas

(tais como: dirigir em alta velocidade, manter o farol alto em locais de trabalho para profissionais do sexo, manter relativa distância da pessoa que abordaríamos, entre outras).

No tocante a **segunda etapa**, temos diferenças importantes, seja pelas especificidades dos tipos de perguntas que fizemos, do tamanho do questionário e da quantidade de pessoas a serem perguntadas (percentual de, no mínimo, 20% em relação a primeira etapa, como já dissemos), ou mesmo por alterações de logística (como a ausência de apoio para transporte, por exemplo). Reduzimos a quantidade de pessoas a serem treinadas para execução dessa etapa, mas mantemos a composição em termos de função e diversidade étnico-racial, territorial (sempre que possível) e de gênero – exceto o motorista como função “à parte”, uma vez que, agora, ele também foi o(a) coordenador(a) de campo ou mesmo recenseador(a)¹².

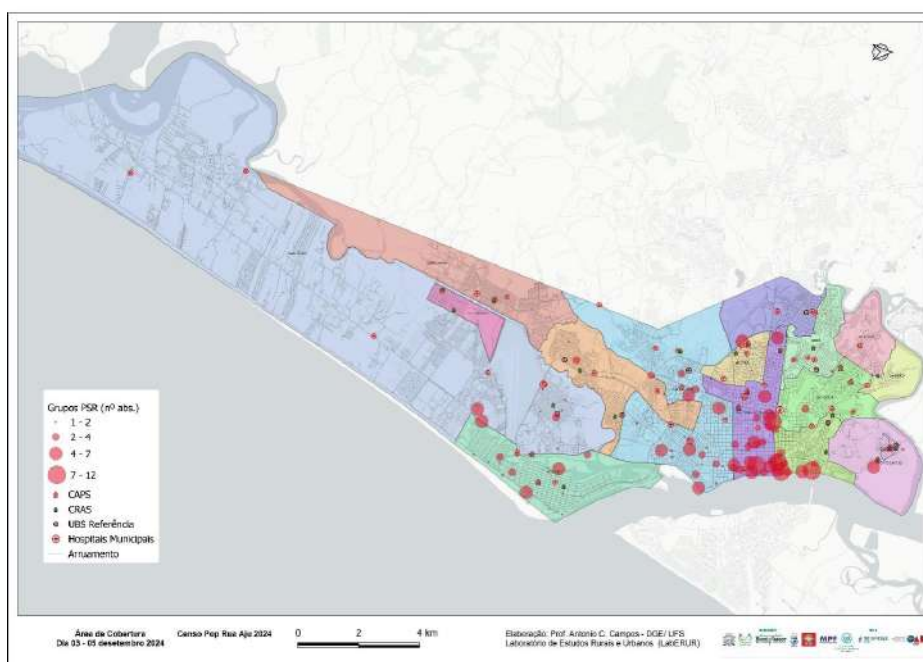
Realizamos o treinamento no dia 27 de setembro de 2024, das 08h às 12h, no Centro de Educação Permanente de Saúde (CEPS), tendo utilizado a ocasião tanto para compartilhar impressões sobre a experiência durante a primeira etapa, quanto para detalhar minuciosamente o segundo questionário e suas especificidades, especialmente no tocante a conduta durante as perguntas relativas a direitos humanos, uso de drogas, bem como nas perguntas abertas.

¹² Nesta etapa do trabalho de campo, a equipe não contou mais com o apoio logístico da Secretaria Municipal da Assistência Social de Aracaju, o que inviabilizou o uso de motoristas externos. Assim, a função de transporte passou a ser assumida por membros da própria equipe de recenseamento, como coordenadores(as) de campo e recenseadores(as), que atuaram também como condutores(as) dos veículos utilizados.

Cobertura territorial

A definição das regiões de fluxo de pessoas em situação de rua (PSR) foi delimitada a partir da construção coletiva e participativa dos representantes dos movimentos e organismos sociais presentes em reuniões de planejamento que elaborou, através da metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), as zonas de intensidade da presença

de população em situação de rua (Figura 01), observando os polígonos dos setores censitários estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, assim como as regionalizações das Secretarias municipais da Saúde (SMS) e da Família e da Assistência Social (SEMFAS).

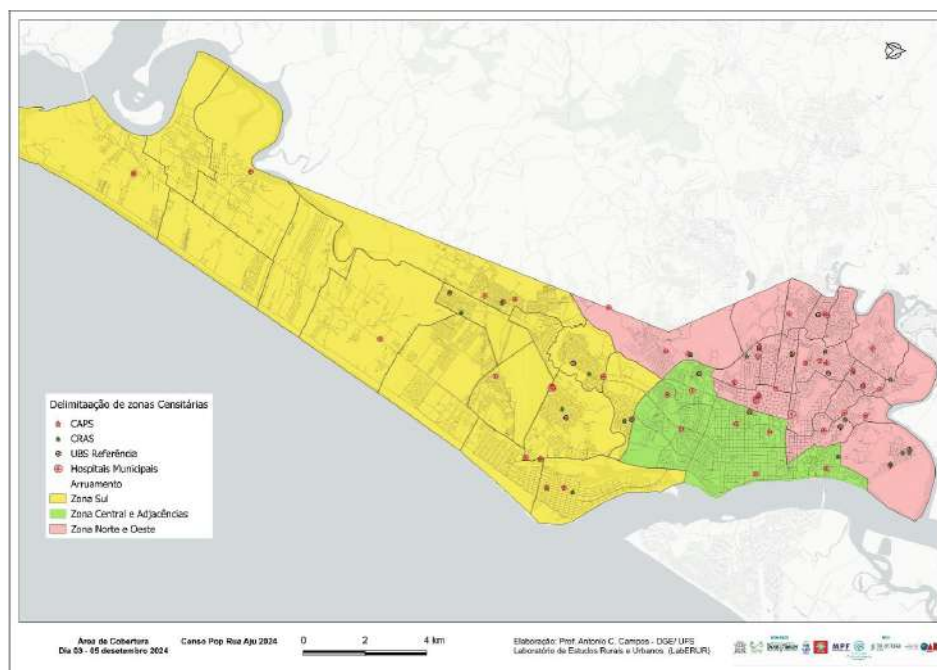


Aracaju: Área de Cobertura do Censo Pop Rua, 2024

Fonte: Grupo de Trabalho inter-setorial, 2024

A partir da demarcação dos pontos de presença da população, e considerando proximidade dos estabelecimentos dos cinco distritos socioassistenciais de Aracaju, que serviriam de apoio logístico às equipes de coleta de dados do Censo, definimos três grandes zonas, a saber: Zona Sul, Centro e

Adjacências e Zona Norte e Zona Oeste (Figura 02), que foram apresentadas e aprimoradas junto aos recenseadores no encontro de preparação de aplicação dos questionários realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2024, na sede da Associação Católica Bom Pastor (Fotos 1 e 2).



Aracaju. Delimitação das zonas censitárias.

Fonte: Trabalho de Campo. Grupo de Trabalho intersetorial, 2024.

Ademais, o questionário também foi aplicado em instituições com leitos de acolhimento noturno para pessoas em situação de rua: Hospital Universitário (HU), Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE), Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Desembargador Fernando Franco, Hospital Municipal Doutor

Nestor Piva, Casa de Passagem Municipal Acolher, Casa de Passagem Municipal Freitas Brandão e Casa de Passagem Estadual (Figura 03), através do empenho das equipes dos próprios abrigos, que contou com o apoio das equipes do Consultório na Rua (CnR) da SMS do município.

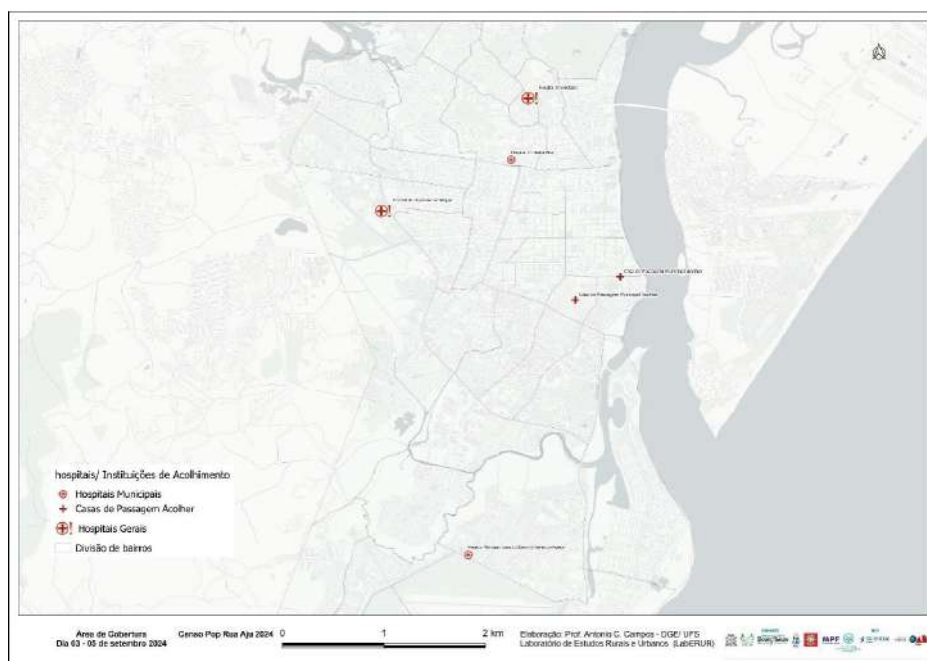


Oficina de delimitação de subzonas e roteiros.

Autor: Grupo de Trabalho intersetorial, 2024.

Agentes Censitários. Reconhecimento de perímetros

Autor: Grupo de Trabalho inter-setorial, 2024.

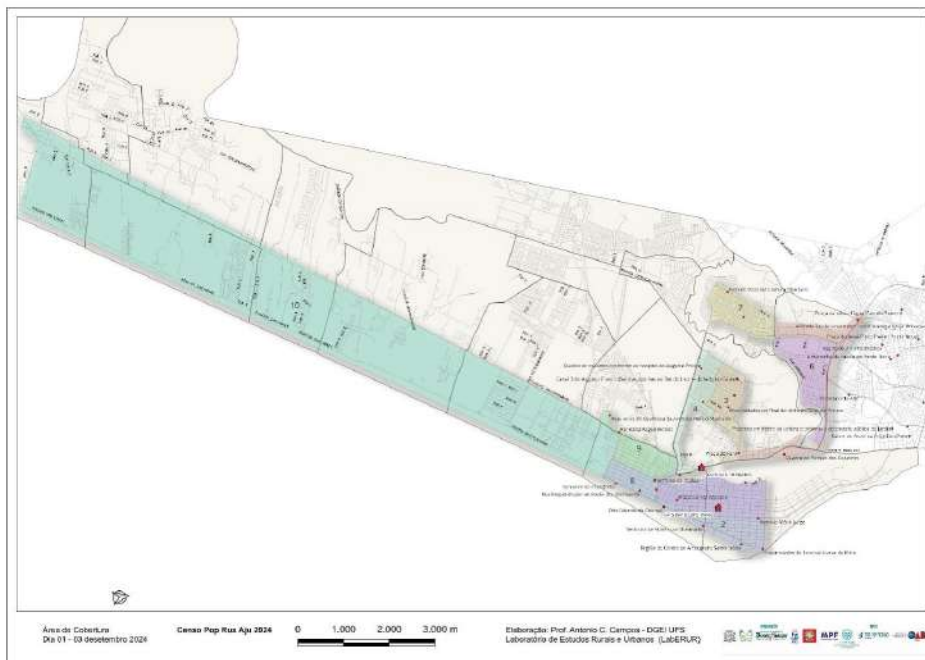


Hospitais e instituições de acolhimento da PSR em situação de atendimento.

Fonte: Trabalho de Campo. Grupo de Trabalho inter-setorial, 2024.

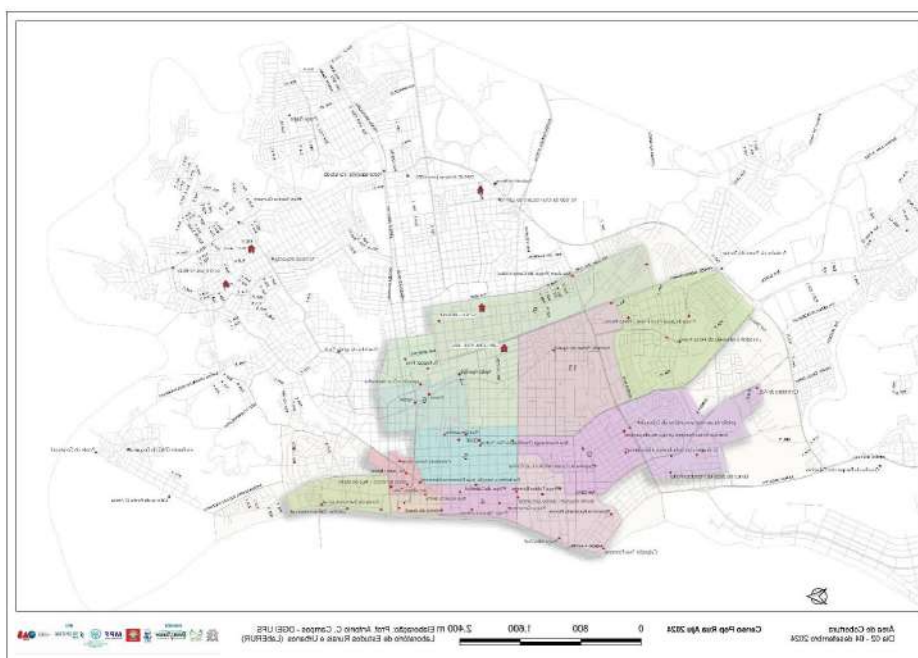
O trabalho de campo aconteceu em duas etapas. Primeiramente, foi aplicado o questionário básico, entre os dias 03 e 05 de setembro de 2024. A coleta de dados foi organizada espacialmente, considerando-se a quantidade de observações previstas no Diagnóstico (DRP) efetivado nas reuniões anteriores.

Conforme expresso no cronograma de coleta de dados do Censo PopRua de Aracaju, o primeiro dia de trabalho se concentrou na zona sul, o segundo na Zona central e adjacências e o terceiro dia foram focadas as zonas norte e oeste da cidade (Figura 04, 05, 06).



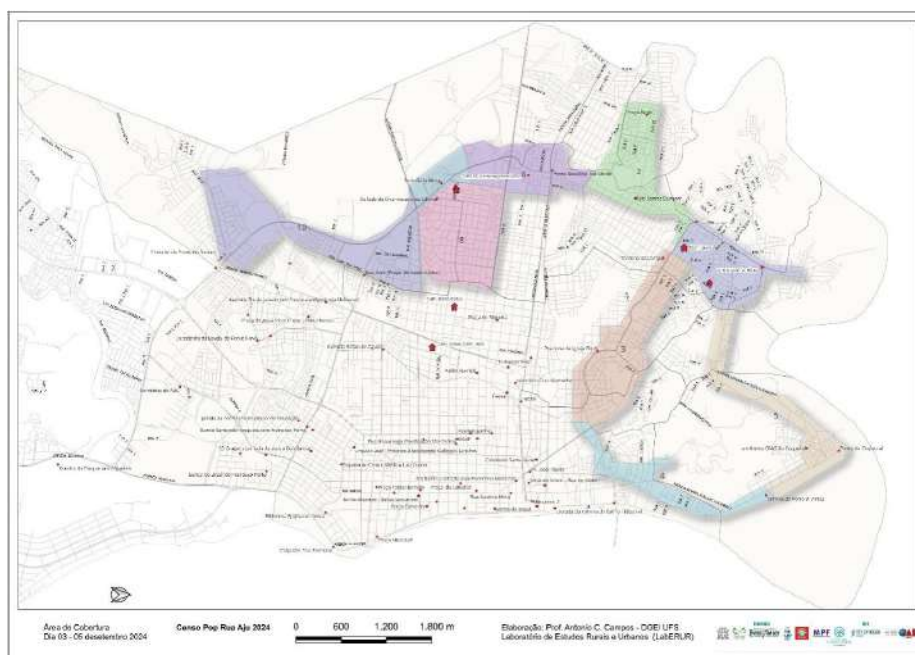
Aracaju -
Distribuição
da coleta de
dados do
Censo de PSR,
segundo os
dias de trabalho
(primeiro dia).

Fonte: Trabalho
de Campo.
Grupo de
Trabalho
intersectorial,
2024.



Aracaju -
Distribuição
da coleta de
dados do
Censo de PSR,
segundo os
dias de trabalho
(segundo dia).

Fonte: Trabalho
de Campo.
Grupo de
Trabalho
intersectorial,
2024.



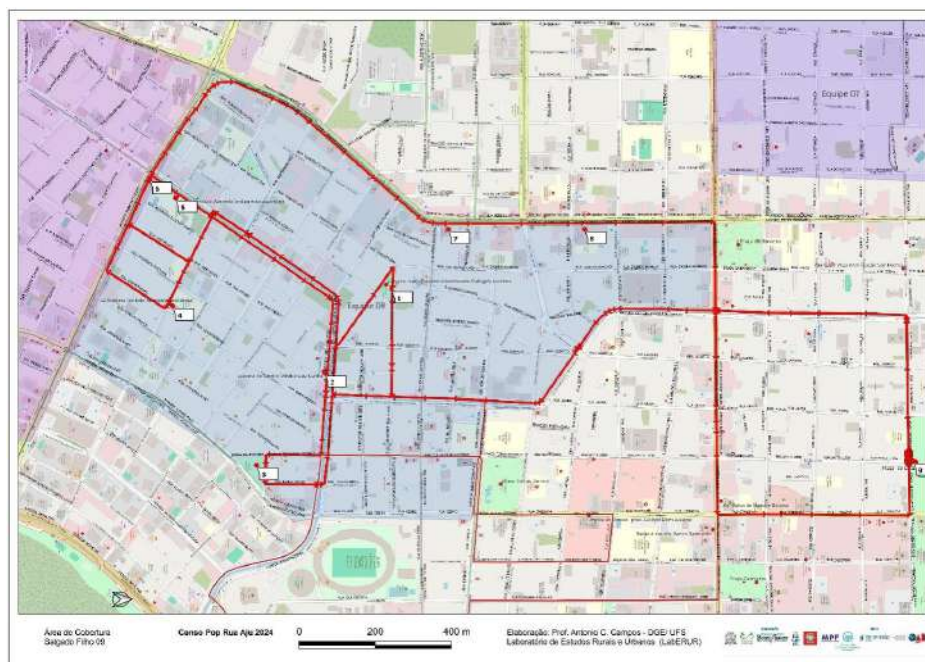
Aracaju -
Distribuição
da coleta de
dados do
Censo de PSR,
segundo os
dias de trabalho
(terceiro dia).

Fonte: Trabalho
de Campo.
Grupo de
Trabalho
intersectorial,
2024.

As informações espaciais foram acompanhadas através da sinalização GPS dos smartphones de cada equipe recenseadora que registrou as respostas no formulário eletrônico *Google Forms* (Etapa 1), bem como os pontos de presença de PSR na base cartográfica indicada de cada setor (polígono), que orientou o levantamento de cada equipe de pesquisadores.

Os locais de coleta foram georreferenciados nos mapas de cada zona ou setor e impresso em escala grande (formatos A0 e A3), com nível de detalhe das ruas e lugares de

referência de localização, que permitisse a identificação do número de entrevistados esperados em cada local. Neste mapeamento de orientação do trabalho de coleta, privilegiaram-se os percursos tangenciais realizados pelos veículos de apoio e as rotas transversais que cada equipe deveria realizar a pé, observando grau de segurança e horário da atividade (Figura 07).



Recortes dos setores de abrangência de cada equipe de Recenseadores, 2024 (Formato A3).

Fonte: Grupo de Trabalho Intersectorial, 2024.

Este procedimento tornou-se possível a partir da utilização do software Gratuito QGIS versão 3.38, bem como seus plug-ins *QuickMapServices* e *ORS Tools* que fornecem acesso à maioria das funções do (www.openrouteservice.org), tendo como base das informações de pontos de cruzamentos, partidas e finalizações de trajetos contidos no portal colaborativo *Open Street Maps* (www.openstreetmap.org) e nas bases de georreferenciamento do *Google Earth Pro* que permitiram a visualização das características dos locais mapeados.

Ao todo, foram elaborados 32 recortes de áreas de recenseamento em formato de polígonos com roteiros contemplando uma média de 50 ruas, avenidas e travessas e

praças que apresentassem indicação da presença de pessoas em situação de rua ou cenários possíveis de encontrar o cidadão, objeto do Censo.

A segunda etapa consistiu na aplicação do questionário ampliado com questões socioeconômicas e psicossociais, entre os dias 14, 15, 16 e 18 de outubro de 2024, nos polígonos previamente recenseados durante a primeira etapa, considerando-se uma amostragem inicial de 20% do universo de pessoas identificadas.



Logística operacional

Etapa de contagem (quantitativa)

- 3 (três) noites de aplicação (dias 03, 04 e 05/09/2024).
- A partir das 22h, ao passo que registramos recenseamentos entre 22h e 02h;
- O estudo envolveu todas as regiões da cidade, organizadas de tal modo: Zona Sul (incluindo a região conhecida como Zona de Expansão), Centro e adjacências, Zona Norte e Zona Oeste, além das instituições com abrigo noturno, conforme mencionado.
- Equipe heterogênea formada por coordenação de campo, mediador(a), recenseador(a) e motorista, distribuídas em 10 equipes no primeiro dia, 12 equipes no segundo e 10 no terceiro, com exceção da equipe do Consultório na Rua.
- À *coordenação de campo* coube garantir que cada equipe cumprisse a metodologia, orientar o motorista, nortear a equipe a partir do mapa da região e repassar todos os materiais para a coordenação de apoio (e vice-versa), além de fazer o registro de ocorrências. A(o) *mediador(a)* coube abrir caminho em cada cena (podendo revezar essa função com qualquer um da equipe, quando fosse oportuno). A(a) *recenseador(a)* coube aplicar o questionário (podendo revezar ou aplicar paralelamente, por perto, quando fosse seguro para a equipe).
- Nas instituições com abrigo noturno ou leito noturno (com exceção dos CAPS que foram ponto de apoio noturno para o censo), a equipe multiprofissional noturna do *Consultório na Rua* fez a aplicação junto aos serviços, em horário correspondente ao que os(as) assistidos(as) estavam acordados(as), entre 18h e 21h.
- Cada carro contava com dois lanches para cada componente da equipe, incluindo o motorista; além de água.
- Cada carro contava com garrafa de café, água e porção de biscoitos para oferecermos às pessoas que mencionassem estar com fome ou sede. Importante destacar que além dessa ação não ser uma distribuição tampouco uma “compensação” ou espécie de “pagamento” pela participação, uma vez que qualquer pessoa poderia decidir não participar do recenseamento sem quaisquer prejuízos, ela foi pautada pelos movimentos sociais que acompanham a rua e que consideramos que não traria prejuízos metodológicos, como, de fato, não trouxe. Apesar de termos diferenciando de uma ação compensatória ou mesmo de um pagamento, consideramos ser importante que a discussão sobre pagamento também às pessoas recenseadas não caduque rapidamente, dado que não implicaria em viés de confirmação. Ao passo em que, por exemplo, demanda melhor planejamento e pode incorrer em questões de segurança – fator que consideramos.
- Cada carro contava com logomarca de identificação do censo, “kit” de primeiros socorros e ofício que havia sido enviado às forças de segurança e serviço de urgência e emergência da nossa atividade, sem indicar as nossas rotas. Observa-se, no entanto, que não estivemos acompanhados por ninguém além da própria equipe durante todo o trajeto, uma vez que tal notificação servia apenas para garantir a segurança da equipe, caso ocorressem intercorrências que fugissem da nossa competência. Vale dizer também que o CAPS Liberdade disponibilizou enfermeiro de plantão na unidade, caso fosse preciso.



- Contamos com pontos de apoio para concentrarmos e organizarmos as equipes por rota e carro, além de distribuímos mapas, colete, “ecobag” com prancheta, crachá de identificação e caneta, questionários e outros recursos; sempre reservando um tempo para que cada equipe pudesse conversar e observar as rotas estabelecidas em cada mapa.
- Cada coordenador(a) de campo responsável pela rota desempenhada numa equipe recebeu, antecipadamente, um mapa com o território a ser recenseado, um guia detalhado de orientação e a indicação das rotas a serem feitas com os pontos de fluxo [verificar item C acerca do assunto] onde já haviam sido identificadas pessoas em situação de rua anteriormente. No entanto, ressalte-se que o ponto de fluxo pré-registrado não foi o único marcador para o itinerário, verificar item C.
- Além da equipe de abordagem na rua (e da equipe de abordagem nas instituições com abrigo ou leito noturno), cada ponto de apoio contou com uma coordenação de campo e equipe de apoio para auxiliar na organização geral das rotas e demandas em campo, bem como uma coordenação geral que acompanhou virtualmente o início e a finalização da execução das abordagens, por meio dos formulários on-line.
- Oeste, além das instituições com abrigo noturno, conforme mencionado. Aqui, no entanto, concentramos a primeira aplicação em frente ao Centro POP, no momento em que as pessoas em situação de rua começam a chegar, para esperar o horário de abertura do serviço; e mantivemos o recenseamento com o serviço já aberto, tanto dentro, quanto na área externa.
- Equipe heterogênea formada por coordenação de campo, mediador(a) e recenseador(a).
- Nas instituições com abrigo ou leito noturno (com exceção dos CAPS que foram ponto de apoio noturno para o censo), a equipe multiprofissional noturna do Consultório na Rua fez a aplicação junto aos serviços, em horário noturno correspondente ao que os(as) assistidos(as) estavam acordados(as).
- Cada componente da equipe recebeu “kit” de lanche e água antes da saída para a abordagem.
- Cada carro (durante o turno da noite) contava com água para entregarmos às pessoas que mencionassem estar com sede. Não houve a oferta de café ou porção de biscoitos, semelhante à primeira etapa, por questões logísticas.
- Cada carro contava com logomarca de identificação do censo, “kit” de primeiros socorros e ofício que havia sido enviado às forças de segurança e serviço de urgência e emergência da nossa atividade, sem indicar as nossas rotas. Observa-se, no entanto, que não estivemos acompanhados por ninguém além da própria equipe durante todo o trajeto, uma vez que tal notificação servia apenas para garantir a segurança da equipe, caso ocorressem intercorrências que fugissem da nossa competência. Vale dizer também que o CAPS Liberdade disponibilizou enfermeiro de plantão na unidade, caso fosse preciso.

Etapas de caracterização (quanti-qualitativa)

- 4 (quatro) noites de aplicação (dias 14, 15, 16 e 18/10/2024).
- Turnos distintos, dado a especificidade da amostragem: entre 06h e 11h no Centro POP e entre 20h e 02h nas ruas.
- O estudo envolveu todas as regiões da cidade, organizadas de tal modo: Zona Sul (incluindo a região conhecida como Zona de Expansão), Centro e adjacências, Zona Norte e Zona



- Contamos com pontos de apoio para concentrarmos e organizarmos as equipes por rota e carro, além de distribuímos mapas, colete, “ecobag” com prancheta, crachá de identificação e caneta, questionários e outros recursos; sempre reservando um tempo para que cada equipe pudesse conversar e observar as rotas estabelecidas em cada mapa.
- Reunimo-nos e **aplicamos um formulário junto aos coordenadores de campo** para que indicassem os locais nas diferentes regiões da cidade, onde consideravam que: a) deveríamos retornar para aplicar a segunda etapa; b) havia predominância de homens, mulheres e pessoas trans ou não binárias, bem como de pessoas brancas, pretas ou pardas e indígenas; c) encontraríamos pessoas que moram nas ruas há mais de 5 anos; atentando-se, portanto, as amostragens representativas da primeira

etapa. Além disso, esse formulário também pedia que fosse indicado quais mediadores(as) e recenseadores(as) consideravam importantes para atuação nessa segunda etapa, o que, por sua vez, nos serviu de base para delimitar tanto a equipe, quanto os pontos de fluxos dessa nova etapa.

- Além da equipe de abordagem na rua (e da equipe de abordagem nas instituições com abrigo ou leito noturno), cada ponto de apoio contou com uma coordenação de campo e equipe de apoio para auxiliar na organização geral das rotas e demandas em campo, bem como uma coordenação geral, que acompanhou virtualmente o início e a finalização da execução das abordagens por meio dos formulários on-line.

Estratégias de abordagem direta e observacional

Como já dissemos, as nossas estratégias de abordagem às pessoas foram duas: **direta** (em contato com a própria pessoa a ser recenseada) ou **por observação** (quando esse contato direto não pôde ser feito, mas se constatou a relação de “pernoite” que a pessoa observada estabelece com a rua), particularmente durante a aplicação da primeira etapa desse estudo, uma vez que o objetivo foi *contar quantas pessoas adultas dormiram e acordaram nas ruas, em Aracaju, nos dias de pesquisa*.

Diante da possibilidade de efetivar uma abordagem direta, a pessoa recenseada foi perguntada sobre dados de identificação (nome, gênero, cor), sobre a relação com a rua (onde iria dormir, onde dorme por mais

tempo, há quanto tempo mora na rua, onde dormir ontem, se vai dormir na rua amanhã) e, ao final, se outra pessoa havia lhe feito às mesmas perguntas naqueles dias. Já, diante da impossibilidade dessa abordagem, apenas se contabilizou a pessoa e se fez o registro de cenários que chamou atenção da equipe – que contribuiu, por sua vez, para compreender o que a equipe considerou naquela abordagem para considerar aquela pessoa como perfil desse estudo.

Foi estimada uma rota a ser recenseada por cada equipe, tendo em vista **os fluxos de pessoas em situação de rua, previamente identificadas** junto aos movimentos, outras pessoas em situação de rua, redutores de danos, equipe do Consultório na Rua



"Para tanto, valemo-nos também de uma **estratégia metodológica em bola de neve**, por meio da qual constituímos uma rede de indicação ou “cadeias de referências”

Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte: Grupo de Trabalho, 2024.

e agentes comunitários de saúde. Apesar disso, foi recomendado que: toda equipe “zigzagueasse” em sua rota [abarcando a faixa territorial que o seu território abrange e não apenas a rota tracejada anteriormente], de modo a *acompanhar a migração territorial comum ao público*, tomando como referência, especialmente, tanto o que as próprias pessoas recenseadas lhes diziam, quanto o que comerciantes e moradores locais

também indicavam. Para tanto, valemo-nos também de uma **estratégia metodológica em bola de neve**¹³, por meio da qual constituímos uma rede de indicação ou “cadeias de referências”, o que significa que, ao final de cada abordagem perguntávamos se aquela pessoa sabia onde poderíamos encontrar, naquela região, outra pessoa adulta dormindo na rua, outro “morador de rua”¹⁴, adicionando ou confirmando uma rota.

¹³ Ver mais em Vinuto (2014).

¹⁴ Notem que essa é a primeira vez que utilizamos esse termo, apesar de que, sob determinado aspecto, ele poderia ser útil para categorizar a delimitação que se faz nesse estudo, a saber pessoas adultas que dormem e acordam nas ruas, ressaltamos a compreensão assertiva e crítica que o Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) tem de que naturalizar a rua como espaço de habitação, pode invisibilizar a luta por moradia, ou seja, o próprio direito à habitação. Veremos, a propósito, ao longo dos dados, como isso se sobressai. Por isso, faremos um uso restrito e sempre utilizando aspas.



Instrumentos de Coleta de Dados

Formulários quantitativos e quali-quantitativos¹⁵

A construção dos formulários e o método de utilização (no que se refere a, por exemplo, separá-los em dias de aplicação distintos) se deu a partir de um conjunto de ações: 1. revisão dos estudos censitários já realizados no Brasil; diálogo com mobilizadores de alguns municípios (Fortaleza/CE, Recife/PE e Feira de Santana/BA), que haviam participado do estudo censitário em seus respectivos locais; 2. diálogo com os movimentos sociais e organizações locais (MNPR, Pastoral do Povo da Rua e Comunidade Católica Bom Pastor); 3. diálogo com instituições do Sistema Justiça e os demais componentes do Grupo de Trabalho; 4. validação por esse mesmo grupo; 5. pré-teste junto às pessoas com trajetória de rua que compuseram o grupo, além de usuários(as) do CAPSad Primavera, técnicos do Projeto Redução de Danos e Consultório na Rua, também durante reunião do Grupo de Trabalho.

Optamos por dois formulários distintos, como já dissemos, e com objetivos igualmente distintos, mas complementares. O **primeiro** objetivou *contabilizar* as pessoas que dormem e acordam nas ruas ou estavam em situação de pernoite nas instituições públicas recenseadas. Seus dados, tais como, gênero, cor ou raça e habitação, ainda que não tenham sido obrigatórios, dado o objetivo do formulário, serviram de *parâmetro percentual para definir a quantidade de homens (cis ou trans),*

mulheres (cis ou trans), pessoas não-binárias, brancos, pardos, pretos, amarelos ou indígenas a serem recenseadas na segunda etapa. Já o **segundo**, objetivou *caracterizar* as pessoas recenseadas, não necessariamente as mesmas que perguntamos na primeira etapa, uma vez que, por termos aplicado cada etapa em dias distintos, não havia como garantir que seriam encontradas posteriormente. Por isso, também nos utilizamos do percentual de cor ou raça, gênero e zona onde encontramos as pessoas na primeira etapa, a fim de mantermos uma fidedignidade e representatividade dos grupos *entrevistados*.

Tanto as perguntas “Onde vai dormir hoje?” (5), “Onde dorme por mais tempo?” (6), “Há quanto tempo mora na rua?” (7), “Onde dormiu ontem?” (8), “Vai dormir na rua amanhã? Qual bairro?” (9) da primeira etapa, quanto às perguntas “Você foi entrevistado na primeira etapa? Em que região estava?” (2), “Qual cidade você estava antes de chegar aqui?” (4) e “Quanto tempo só em Aracaju?” (6) da segunda etapa, tiveram a função principal de filtrar se a pessoa entrevistada correspondia ao nosso critério, como veremos adiante, mas, no caso das perguntas da segunda etapa, optamos por não apresentar as suas respostas neste relatório.

¹⁵ Ver em Apêndices.



Critérios de inclusão e exclusão

Como já evidenciamos ao longo deste relatório, nossos critérios de inclusão e exclusão partem da **relação de pernoite estabelecida, por adultos, nas ruas de Aracaju**, de modo que podemos organizar da seguinte maneira:

Critérios de inclusão:

- Dormir e acordar nas ruas;
- Estar em abrigo público, CAPS, UAA, UPA ou hospitais no período de recenseamento e ter essas instituições como espaço habitual de moradia, dado a ocasião de hospitalidade noturna, internamento ou moradia temporária (no caso da UAA e abrigos);

Critérios de exclusão:

- Não dormir e acordar nas ruas;
- Ter a rua como espaço de trabalho, renda ou manguio, mas não dormir e acordar nas ruas;
- Ser menor de 18 anos;
- Respostas duplicadas ou não finalizadas.

Procedimentos éticos e de sigilo

Desde as concepções iniciais do estudo censitário até a consolidação deste documento nos orientamos por princípios democráticos, em atenção, sobretudo, ao Decreto 7.053/2009 em seus princípios, diretrizes e objetivos, mas valendo-se igualmente da Constituição Federal, normativas de direitos humanos e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Destacamos a *centralidade das pessoas em situação de rua* (ou com trajetória de rua) no processo de construção, deliberação, validação e realização de cada etapa deste estudo censitário, bem como a *construção intersetorial, transdisciplinar e colaborativa* entre Movimento Social, Organizações da Sociedade Civil, equipamentos públicos da Saúde, Assistência e Justiça, Conselhos de Direitos Humanos, Universidade Federal, entre outros, *como condição de possibilidade e de qualificação técnica e ética deste estudo*.

Seja na etapa de construção, validação e pré-teste dos *questionários*; na *formação* das pessoas envolvidas diretamente no recenseamento (desde o(a) recenseador(a) ao motorista); na *divulgação* da formação, dos dias de coleta ou mesmo na exposição de dados preliminares, foi levado em consideração as normativas mencionadas, bem como as necessidades territoriais e do grupo diretamente envolvido.

Ressalta-se que toda pessoa abordada durante o recenseamento podia escolher não se identificar nominalmente, escolher não responder quaisquer perguntas, se recusar a responder integralmente ou abandonar o questionário em qualquer tempo sem que isso pudesse lhe incorrer qualquer prejuízo, tendo sido avisada disso.

No que concerne ao *tratamento e análise de dados*, apesar de ter se dado pela equipe técnica formada por professores, pesquisa-



dores e estudantes da Universidade Federal de Sergipe, contou com a discussão dos demais componentes do Núcleo que organiza o Grupo de Trabalho, a saber: Movimento Nacional de População em Situação de Rua em Aracaju, Pastoral do Povo da Rua e Comunidade Católica Bom Pastor, a fim de efetivar uma validação do processo de trabalho.

Quanto a consulta aos *dados não tratados* (diferente dos que se apresentam a seguir), ou seja, os dados brutos e não publicizados neste relatório, nota-se que os mesmos poderão ser consultados para estudos mediante solicitação formal ao Movimento Nacional de População em Situação de

Rua em Aracaju¹⁶ que dará conhecimento de tal solicitação a Pastoral do Povo da Rua, a Comunidade Católica Bom Pastor e a Universidade Federal de Sergipe (por meio do Departamento de Psicologia), que, por sua vez, conforme acordado em ata (nº. 82/2024) junto ao Ministério Público Federal, é responsável “pela guarda e armazenamento dos dados coletados, incluídos os dados pessoas sensíveis, sendo a responsável, nos termos da LGPD (Lei 13.709/2018), pelo tratamento e autorizações de compartilhamentos, observando-se as hipóteses autorizativas da citada lei, em especial os arts. 9º (dados pessoais) e 11 (dados pessoais sensíveis)”.

Dimensões Investigadas

Identificação e perfil sociodemográfico

Conjunto de perguntas comuns as duas etapas – com *diferenças entre elas a julgar pelo objetivo de cada uma* – que possibilitam caracterizar a pessoa recenseada quanto a identificação pessoal [nome (resposta facultativa), cidade de origem, relação com a rua, cor/raça, idade, gênero, orientação sexual

(somente na segunda etapa) etc.], escolaridade, cidade de origem e tempo em que mora na rua. Além de perguntas-filtro para analisar se aquela pessoa correspondia ao critério de inclusão neste estudo ou se já sido perguntada por outro(a) recenseador(a).

¹⁶ Contato: mnpr.se.aju@gmail.com (e-mail).



Relação com a rua e trajetória de vida

Conjunto de perguntas comuns as duas etapas – *com diferenças entre elas, a julgar pelo objetivo de cada uma* – que possibilitam conhecer e caracterizar a relação de pernoite e com a cidade, a existência de vínculos no local ou com familiares e outros conhecidos, as razões que motivaram a viver na rua, entre outras.

Como essa pergunta foi aberta e obtivemos respostas variadas, optamos por agrupá-las por tipo: a) Espaços públicos (rodoviária, em

frente a hospitais, CEASA, terminal rodoviário e qualquer correlato); b) Espaços urbanos (rua, marquise, praças, pontes, orla); c) Espaços privados (pousadas, casas, posto de gasolina, ocupação); d) Serviços de Saúde ou de Saúde Mental (situação de moradia temporária ou acolhimento noturno); e) Abrigos Assistência (moradia temporária em abrigos públicos municipais ou estaduais).

Acesso à documentação

Conjunto de perguntas para triar se a pessoa recenseada possui documentos e onde estão, além de identificar quais são eles.

Condições de saúde

Conjunto de perguntas que permitem identificar se a pessoa recenseada considera apresentar alguma necessidade de saúde (diagnosticada ou enquanto queixa), se é acompanhada por algum serviço, quais serviços já frequentou, se já teve o atendimento

negado e por qual razão, se já foi submetida a alguns procedimentos de saúde na rua (como curativos, vacinação, testes rápidos, entre outros, a maioria deles realizados pelo Consultório na Rua e Projeto Redução de Danos), se usa drogas e com que frequência, entre outras.

Alimentação e higiene

Conjunto de perguntas que investigam como (e se) a pessoa recenseada acessa alimentação, água para consumo geral (banho, lavar roupa e beber), bem como onde costuma realizar suas necessidades biológicas ('xixi' e

'cocô'). Também foi possível identificar o uso de absorventes entre mulheres cis e homens trans, e onde conseguem o mesmo (caso respondessem usar absorventes).



Trabalho, cultura e lazer

Conjunto de perguntas que permitem identificar se a pessoa recenseada já teve trabalho com registro em carteira (e se sim, se recebeu fundo de garantias ou verbas rescisórias, bem como se precisou acessar a justiça por isso), se exerce alguma atividade remunerada durante o período deste estudo,

se recebe algum benefício, se já realizou cursos profissionalizantes (ou se gostaria de realizar algum), se participa de alguma atividade cultural ou educacional, além de identificar o que costuma fazer para se divertir (ou para onde costuma ir).

Habitação

Conjunto de perguntas que investigam há quanto tempo a pessoa deixou de ter uma casa – quando e se já teve –, bem como sua expectativa em relação à moradia, no sentido de relatar o que desejaria.

Direitos Humanos

Conjunto de perguntas sensíveis, que investigam situações de violência e violações de direitos na rua, tanto entre o público (independente do gênero), quanto entre mulheres e entre pessoas que se autodeclararam LGBT+¹⁸. Há ainda perguntas no tocante a existência de processo judicial.

¹⁷ Vale observar que nessa questão houve uma falha na digitação que compromete, em certo sentido, que todas as pessoas recenseadas visualizassem o item “título de eleitor” junto às outras opções, no entanto, a opção “outro” foi preservada, de modo que cada recenseador(a) poderia ter acrescentado esse documento, caso mencionado. Apesar disso, os dados coletados e analisados, mesmo com essa margem de erro, ainda correspondem às observações dos movimentos e pessoas com trajetória de rua que compõem o Grupo de Trabalho.

¹⁸ Sigla que designa pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outras experiências de gênero ou sexualidade.



Perguntas abertas

Conjunto de perguntas abertas e inovadoras que identificam se a pessoa recenseada conhece ou já ouviu falar do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) e Pastoral do Povo da Rua (movimento social e organização da sociedade civil, respectivamente, que trabalham junto às pessoas em situação de rua), além de perguntas que investigam as necessidades e expectativas, em termos de atividades ou serviços, para a população em situação de rua, bem como os seus próprios sonhos, caso quisessem compartilhá-los.

Como as perguntas foram abertas, firam criadas categorias e subcategorias para agrupar as respostas dadas, especialmente na pergunta “Que serviços você gostaria que existissem para pessoas em situação de rua?”. Segue abaixo categorias e algumas das subcategorias (entre aspas).

• Categoria Saúde

Algumas respostas dadas foram bem diretas, apontando serviços como “CAPS”, “Hospital”, bem como ações específicas, a exemplo de “Prevenção”. Outras respostas faziam menções inespecíficas, logo denominamos de “Serviços Gerais”, de modo a designar várias atividades nessa categoria.

• Categoria Assistência

“Centro POP” equivale a uma subcategoria dado a incidência de respostas; “Auxílio” refere-se a respostas que solicitam auxílio moradia; “Abrigo” diz respeito aos abrigamentos públicos municipais ou estaduais.

• Categoria Cidadania

Envolve o acesso a direitos básicos, como “Documentos” ou a demanda pelo “Ensino de direitos”.

• Categoria Alimentação

Abrange as demandas por “Serviços de Alimentação”, seja de maneira geral ou nos finais de semana.

• Categoria Educação/Educacional

As respostas apontavam a necessidade de serviços de educação para população em situação de rua, como o acesso à escola e alfabetização.

• Categoria Emprego e Renda

Envolve as demandas por emprego formal ou renda. “Oportunidade/apoio ao trabalho” diz respeito a necessidade de serviços de apoio ao acesso ao trabalho ou a insuficiência dos já existentes, enquanto “Curso e curso profissionalizante” engloba as demandas de qualificação para acesso ao emprego.

• Categoria Higiene

Abrange as demandas por banheiros públicos, locais para banho e acesso à água potável.

• Categoria Outros

Todas as respostas que não se englobaram especificamente nas categorias já mencionadas.

PERFIL DA POPULAÇÃO

PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM ARACAJU

49

Resultados da primeira etapa

50

Resultados da segunda etapa

50



Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte: Grupo de Trabalho, 2024.

Resultados da primeira etapa

Os dados serão apresentados em formato de *dashboard* [painel de controle], a fim de manter uma apresentação mais dinâmica, portanto, será necessário acessar o link. Esse relatório é um guia para análise dos dados, sendo assim, é *indispensável a leitura dele*.



Acesso o link dos dados clicando aqui

Resultados da segunda etapa

Os dados serão apresentados em formato de *dashboard* [painel de controle], a fim de manter uma apresentação mais dinâmica, portanto, será necessário acessar o link. Esse relatório é um guia para análise dos dados, sendo assim, é *indispensável a leitura dele*.



Acesso o link dos dados clicando aqui

Ou acesse através do Qr Code



ANÁLISE COMPARATIVA

ANÁLISE COMPARATIVA E TENDÊNCIAS

Diversos fatores motivaram a construção do Censo Municipal da População em Situação de Rua de Aracaju (2024). A escassez de dados atualizados, a necessidade de instrumentalizar as políticas públicas existentes e o objetivo de subsidiar futuras ações governamentais foram algumas das principais razões que impulsionaram esse processo. A produção de informações detalhadas possibilita não apenas a criação de novos equipamentos e serviços, mas também a qualificação e ampliação da oferta já existente, garantindo maior aderência às políticas públicas voltadas para essa população.

No centro dessas motivações, está o compromisso de interferir qualitativamente nas condições de vida das pessoas em situação de rua, colaborando para a transformação

dessa realidade. Se há um esforço para promover mudanças, isso implica reconhecer que a situação dessa população, em Aracaju, ainda se encontra aquém do desejável, sobretudo para aqueles que experienciam suas vidas nas ruas.

Essa compreensão já estava presente entre os agentes que conduziram o processo censitário. No entanto, ao longo da coleta e sistematização dos dados, emergiram afetos, indignações e compromissos políticos que orientaram nossa sensibilidade e direcionaram nossa energia coletiva para produzir um censo que não fosse apenas um instrumento técnico, mas também um artefato de luta política. Tornou-se evidente, assim, a importância da coletivização dos processos, garantindo que diferentes atores e atrizes —

Membros do Grupo de Trabalho e alguns recenseadores no Seminário de Divulgação dos Dados do Censo PopRua Aju 2024, realizado em 13 de março de 2025. Fonte: Grupo de Trabalho, 2025





"Por esse caminho, a realização do Censo da População em Situação de Rua de Aracaju **representa um marco fundamental na produção de conhecimento** sobre essa população na cidade"

Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte: Grupo de Trabalho, 2024.

institucionais ou não — participassem ativamente da construção e apropriação desses dados como um mecanismo de mobilização e reivindicação de direitos.

Por esse caminho, a realização do Censo da População em Situação de Rua de Aracaju representa um marco fundamental na produção de conhecimento sobre essa população na cidade. O levantamento permite compreender as dinâmicas sociais que envolvem essas pessoas, identificando padrões, vulnerabilidades estruturais e demandas que devem orientar estratégias de intervenção. Além de fornecer informações quantitativas, o censo deve ser entendido como um instrumento político, metodologicamente inovador e essencial para a promoção dos direitos dessa população. Nos últimos anos, políticas públicas voltadas à população em situação de rua têm sido formuladas e implementadas em diferentes escalas governamentais.

O Decreto 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, representou um marco jurídico importante ao reconhecer essa população como sujeito de direitos e propor diretrizes para a formulação de políticas intersetoriais. Mais recentemente, o Plano Ruas Visíveis (BRASIL, 2023) surgiu como uma iniciativa para ampliar a visibilidade dessa população e fomentar ações concretas. No entanto, a efetividade dessas políticas depende diretamente da adesão e implementação nos municípios, bem como da articulação entre diferentes setores do poder público e da sociedade civil.

Em Aracaju, os dados do censo indicam que ainda há desafios significativos na implementação dessas diretrizes. Além disso, há a necessidade de institucionalização de instâncias de controle social, como o CIAMP municipal, para que esses dados subsidiem as atuações dos atores políticos que produ-

zem o tensionamento necessário para que as instâncias governamentais promovam e implementem políticas públicas eficazes.

Em caráter emergencial, os dados já apontam intervenções que podem ser pensadas a curto prazo. A grande maioria das pessoas em situação de rua no município não tem previsão de onde dormirá na noite seguinte, expondo a precariedade da rede de acolhimento e a insuficiência de políticas habitacionais destinadas a esse público. Embora o programa Minha Casa Minha Vida – Entidades tenha reconhecido essa população como beneficiária, sua implementação em nível local tem sido insuficiente para reverter o quadro de cronificação da situação de rua. Esse processo de cronificação é evidenciado nos dados sobre o tempo de permanência dessas pessoas na condição de rua.

Outro fator que merece atenção é a relação entre segurança pública e população em situação de rua. A pesquisa revelou que a maioria das agressões sofridas por essa

população foi cometida por agentes de segurança pública, evidenciando a necessidade de formação específica para essas forças e de políticas que promovam abordagens não repressivas. A criminalização da pobreza continua sendo um obstáculo para a garantia de direitos dessa população, o que reforça a urgência de estratégias de proteção social mais eficazes.

Faz-se necessário um distanciamento moral de prerrogativas higienistas e de interesses políticos pautados em capital eleitoral. A população em situação de rua não precisa de paladinos dos bons costumes, mas de instituições que cumpram suas diretrizes operacionais e jurídicas, garantindo a efetivação de seus direitos e a construção de políticas públicas baseadas na dignidade e na justiça social.

No campo da saúde, o levantamento apontou que há pessoas em situação de rua que não são acompanhadas por nenhum serviço, recorrendo exclusivamente a hospitais e UPA's, em situações emergenciais. Esse dado



Coordenador do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (Núcleo Aracaju) em momento de acolhimento musical na capacitação de recenseadores(as) e coordenadores(as) de campo.
Fonte: Grupo de Trabalho, 2024



"Essa tendência, observada também em cidades como São Paulo e Salvador, **indica a necessidade de programas direcionados à população idosa em situação de rua, que contemplem suas especificidades e garantam o acesso a políticas previdenciárias**"

evidencia a fragilidade no acesso à Atenção Primária e a necessidade de ampliação de serviços como os Consultórios na Rua e o Projeto Redução de Danos, que desempenham um papel essencial na prevenção de agravos e no acompanhamento contínuo dessa população. Essas iniciativas adotam uma abordagem metodológica do cuidado que considera as condicionalidades do contexto, desenvolvendo suas ações a partir de um diálogo intenso com as pessoas em situação de rua. Para essa população, esse modelo de promoção do cuidado representa a tecnologia social e clínica mais eficaz disponível.

Além da análise das políticas públicas já implementadas, os dados do censo apontam desafios emergentes e novas tendências sociais, fundamentais para a formulação de estratégias futuras. Um dos aspectos mais evidentes é o envelhecimento da população em situação de rua, sendo que Aracaju apresentou índices superiores aos de outras capitais que realizaram seus censos.

Essa tendência, observada também em cidades como São Paulo e Salvador, indica a necessidade de programas direcionados à população idosa em situação de rua, que

contemplem suas especificidades e garantam o acesso a políticas previdenciárias e de acolhimento. Por outro lado, o censo municipal também revelou um aumento significativo da presença de jovens em situação de rua, na faixa etária entre 18 e 29 anos. Esse dado sugere que fatores como desemprego, precarização do trabalho e ausência de redes de suporte familiar têm levado um número crescente de jovens a essa condição. A ausência de políticas de inserção social para essa faixa etária reforça a necessidade de ampliação de programas específicos, que possam oferecer oportunidades de capacitação profissional e reinserção no mercado de trabalho.

No que diz respeito à educação, os dados do censo indicam a urgência de uma força-tarefa para transformar essa realidade. A taxa de analfabetismo entre a população em situação de rua em Aracaju é quase dez vezes maior do que a média nacional, evidenciando a necessidade da criação de programas educacionais específicos para essa população. Esses programas devem considerar aspectos didáticos e pedagógicos adaptados à realidade das pessoas em situação de rua, levando em conta seus conhecimentos contextuais e dinâmicas de vida, garantindo um acesso mais efetivo à educação.

Diante desses desafios e tendências, torna-se imprescindível aprimorar as políticas locais voltadas à população em situação de rua, garantindo que sejam efetivas, intersetoriais e fundamentadas no respeito aos direitos humanos. Para que isso ocorra, é essencial considerar os marcadores sociais da diferença. Isso significa reconhecer que muitas das especificidades que atravessam as condicionalidades da população em situação de rua estão interseccionadas com mecanismos estruturantes de opressão e produção de desigualdades.



Membros do Grupo de Trabalho, alguns recenseadores, representantes de instituições e ouvintes no Seminário de Divulgação dos Dados do Censo PopRua Aju 2024, realizado em 13 de março de 2025. Fonte: Grupo de Trabalho, 2025

Nesse sentido, a compreensão das características dessa população, conforme apontadas pelo censo, revela a importância de levarmos a sério todos esses dados.

Em outras palavras, o Censo de Aracaju não apenas identifica as especificidades dessa população no território local, mas também aponta tendências que convergem com outras realidades nacionais. A população em situação de rua é majoritariamente negra, o que impõe a necessidade de incorporar a questão racial não apenas na formulação de novas políticas públicas, mas também na análise de como essa prerrogativa impacta ações diretas e cotidianas.

De maneira similar, mas com dinâmicas próprias, os marcadores de gênero e sexualidade também devem ser considerados, infelizmente, como indicadores de corpos passíveis de violências específicas. Como bem demonstrado pelo censo e corroborado por outras pesquisas censitárias, essas

populações enfrentam barreiras e riscos diferenciados, exigindo um olhar atento e políticas públicas que assegurem proteção e dignidade às mulheres e a comunidade LGB-TQIAPN+.

Por fim, é fundamental compreender que a produção de dados sobre a população em situação de rua deve ir além do levantamento quantitativo. O censo não pode ser visto apenas como um instrumento técnico, mas sim como um artefato político, que fortaleça a luta por direitos e amplie a visibilidade dessa população. A apropriação coletiva dos dados e a participação ativa da sociedade civil são elementos-chave para que esse levantamento cumpra seu papel de transformação social.

A cidade de Aracaju tem a oportunidade de utilizar os resultados deste censo como um ponto de partida para a construção de políticas públicas mais justas e inclusivas, garantindo que a população em situação de rua tenha acesso pleno à cidadania.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

58

Síntese das recomendações

63

RECOMENDAÇÕES PARA AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS

A elaboração de recomendações para ações e políticas públicas voltadas à população em situação de rua em Aracaju, baseou-se na análise dos dados coletados no censo municipal e na experiência acumulada por outras cidades brasileiras que implementaram estratégias voltadas para esse público. A complexidade da questão exige uma abordagem intersetorial e a adoção de medidas estruturantes que não apenas mitiguem os efeitos da situação de rua, mas que promovam processos efetivos de inclusão social. Para tanto, é fundamental que as políticas públicas garantam o acesso contínuo a serviços essenciais, promovam estratégias de redução da vulnerabilidade, fortaleçam as redes de apoio intersetoriais e estabeleçam mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas.

O acesso a serviços essenciais continua sendo um dos principais desafios para a população em situação de rua, especialmente no que se refere à moradia, saúde e assistência social. Os dados do censo de Aracaju revelam que a grande maioria das pessoas em situação de rua não possui acesso à habitação digna e que o número de vagas em equipamentos de acolhimento é insuficiente. Além disso, muitas pessoas que utilizam esses serviços não encontram condições adequadas para sua permanência, seja pela superlotação, pela ausência de espaços para casais e famílias, pela falta de privacidade ou por uso excessivo de regras e burocracias.

Com isso, não buscamos suscitar a possibilidade da inexistência de regras. No entanto, é comum que, na realidade das pessoas em situação de rua, haja um confronto cons-



Representante da Pastoral do Povo da Rua em Aracaju durante capacitação de recenseadores(as) e coordenadores(as) de campo.
Fonte: Grupo de Trabalho, 2024



"Atualizar o debate sobre moradia significa pensar Aracaju para além da oferta tradicional de abrigo, incluindo centros de convivência e aproximando-se da discussão sobre o Moradia Primeiro (*Housing First*), internalizando suas prerrogativas e adaptando-as à realidade local"

tante com estruturas institucionais que, em tese, deveriam aproximá-las dos direitos fundamentais, mas que, imersas em prerrogativas burocratizantes, acabam por produzir distanciamento.

Exigências como documentação, telefone, e-mail, endereço fixo, sobriedade, bom comportamento e higiene pessoal tornam-se critérios que, na prática, são instrumentalizados para restringir o acesso dessa população a diversos equipamentos e serviços.

Para além da necessidade de compreensão e flexibilização diante das realidades vividas por essas pessoas, faz-se necessário construir fluxos transparentes e elaborados com a participação da população em situação de rua. A instrumentalização da informação dentro das estruturas burocráticas prejudica o acesso e a promoção de direitos, perpetuando barreiras que deveriam ser superadas por meio de políticas públicas inclusivas e efetivas.

Concomitantemente, é fundamental ampliar a oferta de moradia provisória e definitiva, bem como atualizar estratégias como a locação social e a moradia assistida. Programas como o Aluguel Social, já adotado em algumas cidades brasileiras, incluindo Aracaju,

garantem que as pessoas tenham um espaço seguro para viver enquanto constroem novas possibilidades de inserção social. Reforça-se, nesse sentido, estudos sobre a aderência ao programa mencionado, bem como a implementação dos não existentes.

A literatura aponta que o caráter etapista, fortemente enraizado em burocracias institucionais, acaba por dificultar a adesão das pessoas em situação de rua a esses programas. Atualizar o debate sobre moradia significa pensar Aracaju para além da oferta tradicional de abrigo, incluindo centros de convivência e aproximando-se da discussão sobre o Moradia Primeiro (*Housing First*), internalizando suas prerrogativas e adaptando-as à realidade local.

A implementação dessas políticas deve ser acompanhada de uma forte rede de apoio psicossocial, especialmente para idosos e pessoas com transtornos mentais, que enfrentam ainda mais barreiras para se reintegrarem socialmente sem um suporte especializado e contínuo.

No campo da saúde, é urgente fortalecer e expandir os serviços voltados a essa população. O censo revelou que uma parcela significativa das pessoas em situação de rua não recebe acompanhamento regular e que o acesso a serviços de saúde ocorre majoritariamente em momentos de urgência e emergência, nos hospitais e UPA's. Isso indica necessidade de fortalecermos a Atenção Primária e na capacidade do sistema de identificar e tratar precocemente as necessidades de saúde dessa população.

Para superar essa lacuna, é fundamental ampliar os Consultórios na Rua ou desenvolver outras iniciativas com equipes itinerantes que realizem atendimentos diretamente nos territórios ocupados por essa popula-



Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte: Grupo de Trabalho, 2024

ção. Além disso, faz-se necessária a diversificação dos profissionais nessas equipes, com destaque para aqueles ligados a intervenções psicossociais, considerando o alto índice de transtornos mentais e uso abusivo de substâncias identificado no levantamento censitário.

A oferta de serviços pautados nas premissas da redução de danos do uso abusivo de substâncias deve ser fortalecida. Isso implica defender a ampliação da RAPS (*Rede de Atenção Psicossocial*), bem como fortalecer o Projeto Redução de Danos, com vistas a sua efetivação como política pública municipal. No contexto de Aracaju, identificamos a necessidade de avaliação da implantação de mais Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) AD tipo III, especialmente nas regiões norte e oeste da cidade, onde o censo revelou uma densidade significativa de pessoas em situação de rua.

Dito isso, nos posicionamos contrariamente aos procedimentos operacionalizados pelas chamadas "comunidades terapêuticas", espaços que, geralmente, são centros de violação de direitos humanos, de proselitismo religioso cristão e de negação de direitos fundamentais.

Essa afirmação se baseia na compreensão de uma disputa metodológica do cuidado, que coloca em jogo todo o processo, especialmente a luta antimanicomial. Esse posicionamento não é leviano, pois, como aponta uma vasta literatura, as chamadas "comunidades terapêuticas" estão a serviço de muitas outras agendas – como ganhos monetários e eleitorais –, mas nunca estiveram comprometidas com a centralidade humana do cuidado e tampouco com o fortalecimento das condições de autonomia e protagonismos dos sujeitos.

Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte: Grupo de Trabalho, 2024



A redução da vulnerabilidade social dessa população também passa pela ampliação das oportunidades de inserção no mercado de trabalho e no acesso à renda. O levantamento censitário indicou que grande parte das pessoas em situação de rua depende de atividades informais e precárias para sobreviver, como a coleta de materiais recicláveis, pequenos serviços eventuais e a mendicância (“corre”, “manguieio”, “desdobros”). Apenas uma parcela muito reduzida dessa população tem acesso a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para alterar esse cenário, é fundamental que a política de assistência social amplie suas ações para garantir a inclusão dessas pessoas no Cadastro Único, viabilizando o acesso a auxílios financeiros e programas de qualificação profissional. Além disso, é essencial criar iniciativas que incentivem a geração de renda por meio do cooperativismo, economia solidária e inserção em pro-

jetos de trabalho protegidos. Cidades como São Paulo e Belo Horizonte têm adotado iniciativas que incentivam a participação da população em situação de rua em cooperativas de reciclagem e serviços públicos, como varrição de ruas e manutenção de praças, garantindo remuneração digna e promovendo a reinserção social. Em Aracaju, experiências semelhantes podem ser desenvolvidas, especialmente por meio de parcerias com organizações da sociedade civil e empresas locais que estejam dispostas a colaborar com a empregabilidade dessa população.

Outro aspecto essencial para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à população em situação de rua é o fortalecimento das redes intersetoriais. A complexidade das vulnerabilidades enfrentadas por essa população exige uma atuação conjunta entre diferentes setores, como assistência social, saúde, habitação, segurança pública, direitos humanos, entre outros. A criação de um comitê municipal intersetorial, que reúna



representantes dessas áreas, pode ser um caminho para garantir que as políticas sejam formuladas e implementadas de maneira integrada, evitando a fragmentação das ações. Além disso, a participação da população em situação de rua e de organizações que atuam na defesa dos seus direitos deve ser incentivada, garantindo que as políticas sejam construídas com base nas reais necessidades desse público. A criação de espaços permanentes de diálogo, como fóruns e conferências municipais, pode contribuir para ampliar a participação social e fortalecer o controle sobre as ações desenvolvidas.

O monitoramento contínuo das políticas implementadas é outro elemento fundamental para garantir a eficácia das ações voltadas à população em situação de rua. A realização de censos periódicos deve ser institucionalizada, garantindo que o município tenha dados atualizados sobre essa população e possa adequar suas políticas com base nas transformações sociais e demográficas identificadas. A criação de indicadores específicos para avaliação das políticas voltadas a essa população também deve ser considerada, permitindo que os avanços e desafios sejam constantemente monitorados e ajustados conforme necessário.

Por fim, é essencial reconhecer que a questão da população em situação de rua não pode ser tratada apenas como um problema de assistência social, mas como uma questão de direitos humanos e justiça social. A criminalização da pobreza e as ações repressivas voltadas a essa população devem ser combatidas, garantindo que as pessoas em situação de rua tenham sua dignidade e cidadania respeitadas. A sensibilização da sociedade e das instituições públicas é um passo fundamental nesse sentido, para que a população em situação de rua não seja vista como um problema a ser eliminado, mas como cidadãos que demandam políticas eficazes e humanizadas. As recomendações apresentadas aqui devem ser compreendidas como parte de um esforço coletivo para transformar a realidade dessa população, promovendo inclusão, dignidade e acesso a direitos. A implementação dessas ações depende de uma decisão política firme e da mobilização de diferentes setores da sociedade, garantindo que a cidade de Aracaju avance no compromisso de garantir condições de vida dignas para todas as pessoas, independentemente de sua condição socioeconômica.



Capacitação de recenseadores(as) e coordenações de campo na Comunidade Católica Bom Pastor. Fonte: Grupo de Trabalho, 2024



Síntese das recomendações

- Expansão da oferta de moradia provisória e definitiva, com locação social e moradia assistida;
- Ampliação do número de vagas em abrigos temporários;
- Implementação de um protocolo municipal de atendimento intersetorial, integrando saúde, assistência social e habitação;
- Ampliação do número de CAPS AD tipo III, especialmente nas regiões de maior concentração da população em situação de rua;
- Ampliação do número de Centros POP, especialmente nas regiões de maior concentração da população em situação de rua;
- Fortalecimento e ampliação dos Consultórios na Rua;
- Fortalecimento e ampliação de programas territoriais como o Projeto Redução de Danos, bem como sua efetivação como política pública, dado a importante atuação junto a usuários(as) de drogas, pessoas em situação de rua, profissionais do sexo e comunidade em geral ao longo de mais de vinte anos;
- Criação de um programa específico e/ou de fluxos intersetoriais para idosos em situação de rua, garantindo acesso a benefícios previdenciários e acolhimento;
- Criação de um programa específico e/ou de fluxos intersetoriais para a comunidade LGBTQIAPN+ em situação de rua, assegurando direitos de saúde e assistência social;
- Ampliação do acesso ao Cadastro Único, viabilizando a participação em programas de transferência de renda;
- Incentivo à geração de renda e capacitação profissional, com inclusão dessa população em cooperativas, economia solidária e programas de trabalho protegido;
- Criação e implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Aracaju;
- Criação de um Comitê Municipal Intersetorial (CIAMP RUA-Municipal), reunindo assistência social, saúde, habitação, segurança pública direitos humanos entre outros;
- Criação da Conferência Municipal da População em Situação de Rua, ampliando o debate e fortalecendo o controle social das ações implementadas;
- Institucionalização de censos periódicos para atualização contínua dos dados sobre a população em situação de rua;
- Criação de indicadores específicos de inclusão social, permitindo ajustes e melhorias nas políticas adotadas;
- Capacitação das forças de segurança para evitar abordagens repressivas e a criminalização da população em situação de rua;
- Promoção de campanhas de conscientização para reduzir o estigma e garantir a dignidade dessa população.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ARAUJO, Erick Matheus dos Santos. **RUA**: Ainda não aprenderam a contar – População em Situação de Rua e a produção censitária no Brasil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Direitos Humanos e Saúde) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2024

BRASIL. **Decreto nº 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua**: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/_publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sumário Executivo**: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS, 2008. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/pdf/sumario_24.pdf.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Plano Ruas Visíveis: plano nacional para pessoas em situação de rua e suas interseccionalidades. Brasília: MDHC, 2023.

BRASIL. População em situação de rua: conceitos, métodos de contagem e políticas públicas. Caderno de Estudos n. 37. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

DE LUCCA, D. Sobre o nascimento da população de rua: trajetórias de uma questão social. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C. S.; TELLES, V. da S. (Orgs.). **Saídas de emergência**: perder/ganhar a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 317-338.

MNPR. **Relatório do II Encontro Maria Lúcia Santos Região Nordeste**. Aracaju, 2021.

OLIVEIRA, Luciano Márcio Freitas de; ALMEIDA, Thiago Cordeiro; NATALINO, Marco Antônio Carvalho; MOSTAFA, Joana. População em situação de rua: limites e potencialidades de uma categoria social. In: **Cadernos de Estudos**: População em Situação de Rua – Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. p. 31-48.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular.

VEZEDEK, Lucas et al. **SUMÁRIO EXECUTIVO DE PESQUISA**: Mapeamento, contagem e caracterização da população em situação de rua em Salvador. Salvador: Centro Projeto Axé

APÊNDICES



APÊNDICES

Apêndice A - Formulário 1ª Etapa (quanti)

Território: _____

Responsável: _____

Data: / / **Horário:** _____

Equipe: _____

As respostas foram atribuídas a partir de abordagem direta ou por observação:

() Abordagem direta () Observação _____

Identificação

Nome: _____

Quantos anos você tem? (ou em que ano você nasceu?)

Qual o seu gênero? Como você se identifica?

Homem cis ()

Homem trans ()

Mulher cis ()

Mulher trans/travesti ()

Não binário ()

NS ()

NR ()

De que cor você se considera?

Branca ()

Preta ()

Parda ()

Amarela ()

Indígena ()

NS ()

NR ()

**Relação com a rua****Onde vai dormir hoje?**

Abrigo ()

Rua ()

Casa de amigos/parentes ()

Casa própria/alugada ()

Ocupação ()

CAPS/ACN ()

Outro local ()

NS ()

NR ()

Onde dorme por mais tempo? (ou costuma dormir nesse local? ^{4 e 5})

Abrigo ()

Rua ()

Casa de amigos/parentes ()

Casa própria/alugada ()

Ocupação ()

CAPS/ACN ()

Outro local ()

NS ()

NR ()

Há quanto tempo mora na rua?

Menos de 1 ano ()

De 1 a 5 anos ()

Há 5 anos ou mais ()

NS ()

NR ()

Onde dormiu ontem?

Vai dormir na rua amanhã? Qual bairro?

Outra pessoa te perguntou essas coisas nessa semana? Sim () Não ()



Apêndice B - Formulário 2ª Etapa (quanti-quali)

Território: _____

Responsável: _____

Data: / / **Horário:**

Equipe: _____

Identificação

Qual seu nome ou apelido? _____

Você foi entrevistado na primeira etapa? E em que região estava?

Sim, na região sul ou de expansão ()

Sim, na região central ()

Sim, na região norte ou oeste ()

Não ()

Qual a sua cidade de origem? Onde nasceu?

Qual cidade você estava antes de chegar aqui?

Há quanto tempo mora nas ruas?

Quanto tempo só em Aracaju?

De que cor você se considera?

Branca ()

Preta ()

Parda ()

Amarela ()

Indígena ()

NS ()

NR ()



Quantos anos você tem? (ou em que ano você nasceu?)

Qual o seu gênero? Como se identifica?

Homem cis ()

Homem trans ()

Mulher cis ()

Mulher trans/travesti ()

Não binário ()

NS ()

NR ()

Qual sua orientação sexual?

Heterossexual ()

Gay ()

Lésbica ()

Bissexual ()

Outro: _____

Você sabe ler e escrever?

Sim, os dois ()

Apenas ler ()

Apenas escrever ()

Apenas escrever meu nome ()

NS ()

NR ()

Até que série estudou?

Fundamental de 1ª a 4ª série incompleto ()

Fundamental de 1ª a 4ª série completo ()

Fundamental de 5ª a 8ª série incompleto ()

Fundamental de 5ª a 8ª série completo ()

Médio incompleto ()

Médio completo ()

Superior incompleto ()

Superior completo ()



Não estudou ()

NS ()

NR ()

Estado afetivo/conjugal

Casado(a)/União estável ()

Solterio(a) ()

Namorando ()

Outra, qual? _____

Relação com a rua

Onde vai dormir hoje?

Abrigo ()

Rua ()

Casa de amigos ou parentes ()

Casa própria ou alugada ()

Ocupação ()

CAPS ()

NS ()

NR ()

Outra, qual? _____

Onde costuma dormir?

Abrigo ()

Rua ()

Casa de amigos ou parentes ()

Casa própria ou alugada ()

Ocupação ()

CAPS/ACN ()

Outro local ()

NS ()

NR ()

Outra, qual? _____

**Você possui alguma pessoa neste local com quem tem mais vínculo?**

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Mantém vínculos com familiares ou pessoas próximas?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Caso sim, quem?

Mãe e/ou pai ()

Avós/Avôs ()

Filhos(as) ()

Irmãos ()

Amigos(as) ()

Outro, quem? _____

Tem filhos(as)?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Caso sim, quantos? _____

O que te levou a viver na rua?

Desemprego ()

Problemas com drogas ()

Saída da prisão ()

Conflitos com tráfico de drogas ()

Conflitos familiares ()

Perdas afetivas ()

Violência sexual ()



NS ()

NR ()

Outro, qual? _____

Em que lugar da cidade costuma passar o dia? (bairro, praças, restaurantes, etc.)

Antes de passar a viver na rua, morava na casa de:

Casa própria ()

Casa alugada ()

Ocupação ()

Pais e familiares ()

Abrigos ()

Sempre morou na rua ()

Outro, qual? _____

Onde prefere dormir?

Na rua ()

Em abrigos ()

Ocupação ()

Outros lugares, qual? _____

Acesso à documentação

Você possui documentos?

Sim, e estão comigo (pelo menos um) ()

Sim, e estão guardados com familiar/serviços/outros ()

Sim, e estão guardados em algum serviço público ()

Não possui ()

NS ()

NR ()

**Quais documentos você tem?**

Certidão de nascimento ()

Certidão de casamento ()

RG ()

CPF ()

Carteira de trabalho ()

Carteira de motorista ()

Reservista ()

Passe Livre Interestadual ()

Passe Livre Municipal ()

Outros ()

Não possui ()

NS ()

NR ()

Condição de saúde**Você apresenta alguma necessidade de saúde?**

Gestante ()

Deficiência ()

IST ()

Hanseníase ()

Tuberculose ()

Feridas ()

Doença cardíaca ()

Consequência de acidentes ()

Dores crônicas ()

Doenças respiratórias ()

Câncer ()

Uso problemático de drogas ()

Transtorno mental ()

Hipertensão arterial ()

Diabetes ()

Doenças de pele ()



Hepatite (doença do fígado) ()

Doenças do aparelho digestivo (dor de estômago frequente, gastrite, úlcera) ()

Problemas de saúde bucal (dor de dente, inflamação nas gengivas) ()

Apresenta queixa, mas não foi avaliado ()

Não apresento ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

É acompanhado(a) por algum serviço?

USF ()

CAPS ()

Consultório na Rua ()

PRD ()

CEMAR ()

Hospital/UPA/Centro de referência ()

NS ()

NR ()

Não sou acompanhado(a) ()

Outro: _____

Quando você tem algum problema de saúde procura qual destes serviços?

USF ()

CAPS ()

Consultório na Rua ()

PRD ()

CEMAR ()

Hospital/UPA/Centro de referência ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

Você acessa ou já acessou algum desses serviços em Aracaju?

USF ()



CentroPOP ()

CRAS ()

CREAS ()

Abrigo ()

CAPS ()

Escritório Social ()

Defensoria Pública ()

Restaurante Popular Padre Pedro ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

Já acessou em algum outro município? Se sim, qual serviço?

Já teve atendimento negado ou foi impedido(a) de acessar algum serviço público?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Se sim, em qual? _____

Por que você acha que isso aconteceu?

Já fez ou já presenciou na rua:

Curativos ()

Vacinação ()

Testes rápidos (HIV, sífilis e hepatites) ()

Teste de escarro ()

Teste de gravidez ()

Distribuição de camisinha ()

Distribuição de lubrificante ()

NS ()



NR ()

Outro: _____

Vou listar algumas drogas, me diga, por favor, se usa:

Substância	Faz uso:	Há quanto tempo usa?
	A (frequentemente)	
	B (às vezes)	
	C (nunca fez uso)	
1 Remédio controlado		
2 Cola de sapateiro		
3 Maconha		
4 Álcool		
5 Crack		
6 Tabaco/boró		
7 Cocaína		
8 Álcool 70%		
9 Outro:		

Relação com alimentação e higiene

Onde você costuma conseguir os alimentos que consome?

Restaurante popular ()

CentroPOP ()

CRAS ou CREAS ()

Abrigo ()

CAPS ()

Ganha comida de restaurante ou bar ()

Compra em restaurante ou bar ()

Recebe de grupos que distribuem na rua ()

Coleta ou cata ()

Busca em feiras ou mercados ()

Faz a própria comida ()



NS ()

NR ()

Outro: _____

Onde costuma conseguir água para consumo geral: banho, lavar roupa, beber?

Estabelecimentos comerciais e postos de gasolina ()

CentroPOP ()

CRAS ou CREAS ()

Abrigo ()

CAPS ()

USF ()

Terminais de ônibus ()

Igrejas e comunidades religiosas ()

ONGs ()

Casa de amigos ou familiares ()

Residência de desconhecidos ()

Banheiro público ()

Utilizo torneiras ou mangueiras públicas ()

Rio ou mangue ()

Não costumo tomar banho ()

Não costumo beber água ()

Não costumo lavar roupa ()

Não consigo ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

No período menstrual você usa absorventes (mulheres cis e homens trans)?

Sim, sempre uso ()

Sim, mas às vezes uso panos ()

Não, uso panos ()

Não uso nada ()

NS ()

NR ()



Outro: _____

Onde consegue o absorvente? _____

Quando você precisa fazer outras necessidades biológicas (fazer xixi, cocô), onde faz?

CentroPOP ()

Procuro terminais e rodoviárias ()

Procuro outro banheiro público ()

Faço na rua ()

Faço no rio ou mangue ()

Faço na roupa ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

Relação com trabalho, cultura e lazer

Você já trabalhou com registro em carteira?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Você recebeu fundo de garantia ou verbas rescisórias?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Já acionou a justiça em decorrência disso?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Atualmente você está:

Empregado, com registro em carteira ()



Empregado, sem registro em carteira ()

Fazendo bicos ()

Não trabalha ()

NS ()

NR ()

E o que você faz para ganhar dinheiro?

Construção civil, pedreiro ou pintor ()

Serviço de limpeza ou faxina ()

Vigilante ()

Comércio ambulante ()

Ajudante geral ()

Carga e descarga ()

Catador(a) de materiais recicláveis ()

Lava e guarda carro ou flanelinha ()

Distribuidor de panfletos ()

Atividades artísticas ()

Profissional do sexo ()

Pede ou manguieia ()

Venda de drogas ()

Roubo, assalto ou furto ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

Você recebe algum destes benefícios?

Aposentadoria ou pensão ()

BPC-LOAS ()

Seguro desemprego ()

Bolsa Família ()

Auxílio aluguel ()

Não recebo nenhum ()

NS ()

NR ()

Outro:

**Já fez algum curso profissionalizante?**

Sim ()

Não ()

Caso sim, qual? _____

39.2 Qual curso gostaria de fazer? _____

40. Participa de alguma atividade cultural ou educacional (capoeira, alfabetização, rap, curso, etc.)?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

40.1 Caso sim, qual? _____

40.2 Onde participou? _____

41. Quando você quer se divertir, onde costuma ir ou o que costuma fazer?

Jogos de rua (baralho, xadrez, futebol e outros) ()

Parques públicos ()

Show público ()

CentroPOP ()

CRAS/CREAS ()

Abrigo ()

CAPS ()

USF ()

Roda de amigos ou conhecidos da rua ()

Usar drogas ()

Não se diverte ()

NS ()

NR ()

Outro: _____



Relação com habitação

42. Quando foi que você deixou de ter uma casa para morar?

Há menos de 1 ano ()

Entre 1 ano e 2 anos ()

Entre 2 e 3 anos ()

Entre 3 e 5 anos ()

Entre 5 e 10 anos ()

Há mais de 10 anos ()

NS ()

NR ()

43. Qual sua expectativa em relação à moradia?

Deseja permanecer na rua ()

Deseja acolhida em abrigo ()

Deseja auxílio moradia ()

Deseja ter sua casa própria ()

NS ()

NR ()

Direitos humanos (perguntas sensíveis)

44. Já sofreu alguma violência na rua? (agressão, chutes, pedradas, xingamentos, etc.)

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

44.1 Quem te agrediu?

Outros/as moradores de rua ()

Policiais militares ()

Policiais civis ()

Guarda municipal ()

Proprietários de estabelecimentos ()



Transeunte (pessoa andando na rua) ()

Companheiro/a ()

Familiar ()

Traficante ()

Outro: _____

NS ()

NR ()

45. Responde ou já respondeu algum processo na justiça?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

45.1 Caso sim, qual o motivo?

Furto ou roubo ()

Tráfico de drogas ()

Uso de drogas ()

Violência doméstica ()

Violência contra mulher ()

Agressão ()

Outro: _____

NS ()

NR ()

46. Já sofreu violência sexual?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

46.1 Caso sim, isso aconteceu na rua?

Sim ()

Não ()



NS ()

NR ()

47. Caso mulher, já foi agredida por companheiros ou namorados?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

47.1 Caso tenha sido agredida, buscou ajuda de alguém?

Familiares ()

Amigos/as ()

Delegacia ()

DVAS ()

Não buscou ajuda ()

Não ()

NS ()

NR ()

Outro: _____

48. Já foi vítima de homofobia ou transfobia na rua?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

Perguntas abertas (Chegamos na reta final!)

49. Conhece ou já ouviu falar do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR)?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()



50. Conhece ou já ouviu falar da Pastoral do Povo da Rua?

Sim ()

Não ()

NS ()

NR ()

51. Quais atividades (culturais, de lazer, esportivas ou educacionais) gostaria que acontecesse para pessoas em situação de rua?

52. Que serviços você gostaria que existissem para pessoas em situação de rua?

53. Você tem algum objetivo ou sonho que poderia compartilhar conosco?
